



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA –
MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS PSICOLÓGICAS CLÍNICAS E
DEMANDAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS

LUCIANA FLORENCIO DE LIMA

A PRÁTICA DAS PSICÓLOGAS E PSICÓLOGOS EM CONTEXTO DE
EMERGÊNCIAS E DESASTRES: UMA CARTOGRAFIA

Recife

2026

LUCIANA FLORENCIO DE LIMA

**A PRÁTICA DAS PSICÓLOGAS E PSICÓLOGOS EM CONTEXTO DE
EMERGÊNCIAS E DESASTRES: UMA CARTOGRAFIA**

Dissertação de Mestrado apresentada aos membros da banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, vinculado à Linha de Pesquisa Práticas Psicológicas Clínicas e Demandas Contemporâneas, como exigência parcial para sua aprovação e defesa pública, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Ana Lúcia Francisco

Recife

2026

L732p

Lima, Luciana Florencio de. A prática das psicólogas e psicólogos em contexto de emergências e desastres: uma cartografia / Luciana Florencio de Lima, 2026. 94 f.: il.

Orientador(a): Ana Lúcia Francisco. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Mestrado em Psicologia Clínica, 2026. 1. Psicologia social. 2. Psicólogos. 3. Desastres - Aspectos psicológicos. I. Título.

CDU 159.9

Luciana Vidal - CRB-4/1338

Pesquisa intitulada A prática das psicólogas e psicólogos em contexto de emergências e desastres: uma cartografia, de autoria de Luciana Florencio de Lima, como requisito parcial obrigatório para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica, no Curso do Programa de Pós Graduação em Psicologia clínica- Mestrado, da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, aprovada pela banca examinadora constituída pelos docentes:

MEMBROS:

Profa. Doutora Maria da Conceição Pereira (UNINASSAU/ ESUDA)

Avaliador Externo

Prof. Doutor Severino Ramos Lima de Souza (UNICAP)

Avaliador Interno

Profª. Doutora Ana Lúcia Francisco (UNICAP)

Presidente da Banca Examinadora

Data da aprovação: Recife, 25 de fevereiro de 2026.

*“A essência humana, assim o viu a ancestral
sabedoria dos mitos, reside mais no cuidado do
que na razão e na vontade. É próprio do ser
humano colocar cuidado em tudo o que faz. Se
não colocar cuidado, as coisas se desmantelam
e desaparecem.”*

Leonardo Boff

AGRADECIMENTOS

Não consigo pensar na jornada de construção desta dissertação sem me lembrar de quem cuidou de mim durante este período. A todos vocês, meu profundo agradecimento.

Em nome da minha família, agradeço à minha mãe, Maria José, um exemplo de força, afeto e estímulo. Sua presença amorosa foi essencial.

Agradeço às minhas amigas e amigos, especialmente a Maria de Lourdes Cordeiro, que me incentivaram a seguir a pós-graduação e foram o ponto de partida de tudo.

Duas mestras marcaram profundamente este percurso:

À minha querida orientadora, professora Ana Lúcia Francisco, uma "*(des) orientadora*" no melhor sentido: aquela que nos tira do lugar comum, nos provoca, e generosamente compartilha saberes com o coração.

E à professora Maria da Conceição Pereira, a Concita, uma referência da Psicologia Brasileira na área de gestão de riscos, emergências e desastres. Devo a ela grande parte do que aprendi e carrego.

Aos companheiros e companheiras de vida e de profissão que participaram dessa jornada, representado pelo psicólogo e professor Severino Ramos, minha profunda gratidão.

Agradeço à coordenação do PPGPSI/UNICAP, as professoras, aos profissionais da secretaria acadêmica e do Comitê de ética, e as/aos colegas — representadas/os pela professora Paula Barros — por cada troca e construção coletiva.

Aos colegas da Cáritas Brasileira, pelo apoio e pelas palavras de carinho nos momentos mais necessários.

Às famílias e pessoas afetadas por desastres com quem tive o privilégio de conviver, meu imenso agradecimento. Vocês me ensinaram sobre resiliência, dignidade e humanidade.

À Psicologia, que me escolheu e me permite praticar o cuidado com responsabilidade, compromisso social e amor.

E, por fim, à CAPES, pelo apoio fundamental que tornou este percurso possível.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo geral mapear as principais práticas de intervenção psicossocial em situações de emergências e desastres, com foco na atuação de profissionais da Psicologia. Partiu-se da compreensão de que os desastres, sejam naturais ou antropogênicos, têm se intensificado no contexto brasileiro, impactando de forma desigual populações historicamente vulnerabilizadas. Como objetivos específicos, buscou-se: delinear os conceitos de emergência e desastre na literatura; descrever os principais eventos de desastres socioambientais ocorridos na Região Metropolitana do Recife nos últimos dez anos; mapear a atuação da psicóloga e do psicólogo nesses contextos; e compreender as contribuições da Psicologia para a melhoria das condições de vida das populações atingidas por meio da atenção psicossocial. A pesquisa adotou a Cartografia como referencial teórico-metodológico, conforme proposta por Deleuze e Guattari e desenvolvida por Passos, Kastrup e Escóssia (2020), utilizando rodas de conversa como dispositivo de pesquisa-intervenção. Os resultados evidenciam que a atuação da Psicologia em emergências e desastres é atravessada por desafios relacionados à formação profissional, ao preparo técnico e à fragilidade do suporte institucional, ao mesmo tempo em que revela a potência da atenção psicossocial na reconstrução subjetiva e comunitária. Conclui-se que os desastres devem ser compreendidos como processos socioambientais socialmente construídos, exigindo práticas de cuidados, territorializadas e articuladas às políticas públicas, bem como investimentos estruturais na formação e no cuidado com as(os) profissionais que atuam nesses cenários.

Palavras-chave: emergências e desastres; profissional de psicologia; atenção psicossocial; cartografia.

ABSTRACT

This dissertation aimed to map the main psychosocial intervention practices in emergency and disaster situations, with a focus on the work of psychology professionals. It was grounded in the understanding that disasters, whether natural or anthropogenic, have intensified in the Brazilian context, disproportionately affecting historically marginalized populations. The specific objectives were: to outline the concepts of emergency and disaster in the literature; to describe the main socio-environmental disaster events that occurred in the Metropolitan Region of Recife over the past ten years; to map the work of psychologists in these contexts; and to understand the contributions of Psychology to improving the living conditions of affected populations through psychosocial care. The study adopted Cartography as its theoretical-methodological framework, as proposed by Deleuze and Guattari and further developed by Passos, Kastrup, and Escóssia (2020), using conversation circles as a research-intervention device. The results show that psychological practice in emergencies and disasters is marked by challenges related to professional training, technical preparedness, and the fragility of institutional support, while also highlighting the potential of psychosocial care in fostering subjective and community reconstruction. It is concluded that disasters should be understood as socially constructed socio-environmental processes, requiring care practices that are ethical, territorially grounded, and articulated with public policies, as well as structural investments in training and in supporting professionals who work in these contexts.

Keywords: emergencies and disasters; Psychology; psychosocial care; cartography.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEP** - Associação Brasileira de ensino de Psicologia
- ABRAPEDE** – Associação Brasileira de Psicologia nas emergências e desastres
- ACNUR** – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
- CGDE**- Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais
- CONDEC** – Conselho Nacional de Defesa Civil
- CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CREPOP** – Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas
- CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- CRP PE** – Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco
- CRP RS** – Conselho Regional de Psicologia de Rio Grande do Sul
- CFP** – Conselho Federal de Psicologia
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- ESF** – Estratégia Saúde da Família
- FNP** - Federação Nacional dos Psicólogos
- IASC** – Comitê Permanente Interagências
- IPCC** – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social
- MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social
- MSF**- Médicos sem fronteiras
- MAGRE** – Meio Ambiente, Gestão de Risco e emergência
- MS** – Ministério da Saúde
- OMS**- Organização mundial de Saúde
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OPAS** – Organização Pan-americana de Saúde
- OSC** – Organização da Sociedade Civil
- PNAS**- Plano Nacional Assistência Social
- SINDEC** – Sistema Nacional de Defesa Civil
- SUS** – Sistema Único de Saúde
- SUAS** – Sistema Único de Assistência Social
- SEDEC** – Secretaria Nacional de Defesa Civil

TDIC – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

UNDRR – Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres

UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos

SUMÁRIO

Agradecimentos	05
Resumo	06
Abstract.....	07
Lista de abreviaturas e siglas	08
1. INTRODUÇÃO.....	11
2. A EXPERIÊNCIA E A ESCRITA DE “UM INÍCIO E VÁRIOS RECOMEÇOS”	15
2.1. O método cartográfico e atenção psicossocial a profissionais que atuam em situações de emergências e desastre.....	18
3. APRESENTANDO O CAMPO-TEMA DAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES	23
3.1. Desastres Socioambientais no território de Recife e região metropolitana: uma retrospectiva de vulnerabilização	25
3.2. Território e a (des)territorialização em contextos de emergências e desastres	29
3.3. Políticas Públicas nas situações de desastres: dispositivos em territórios afetados.	33
3.4. Revisão sistemática da literatura sobre desastres e atenção psicossocial.....	39
4. CAMINHO METODOLÓGICO E JUSTIFICATIVA CONTEXTUAL DESTA ESCRITA	48
4.1. Cartografia da atuação da(o) profissional de Psicologia nas situações de emergência e desastres.....	52
4.2. Aspectos das narrativas em contextos de emergências e desastres	64
5. A CONSTRUÇÃO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES.....	73
5.1. As interfaces da Psicologia na gestão integral de riscos, emergências e desastres.....	75
6. CONSIDERAÇÕES PARA NOVAS EXPERIÊNCIAS.....	83
7. REFERÊNCIAS.	86

1. INTRODUÇÃO

As emergências e desastres constituem um tema cada vez mais presente no cotidiano das pessoas. Podem ser produzidos por causas naturais ou provocados pelo humano (antropogênicos) a partir de conflitos armados, ataques terroristas, sequestros relâmpagos, violência urbana, tráfico de drogas, entre outros. Em todas essas situações, a integridade física e/ou emocional das pessoas fica ameaçada. A situação de desastre produzida por causas naturais contempla furacões, terremotos, tsunamis.

No Brasil, os fenômenos naturais mais localizados são os deslizamentos, enchente/inundações, erosões, atingindo várias pessoas, independentemente de residirem ou não em áreas de riscos. Tem aumentado as ocorrências de enchentes por chuvas de grande proporção que terminam em deslizamento de terra, inundação de cidades, trazendo como consequência perdas materiais, mortes e famílias inteiras desabrigadas e/ou desalojadas. Como exemplo, citamos a ocorrência em 2008, no Estado de Santa Catarina, o qual foi assolado por uma das maiores catástrofes naturais do país em decorrência das chuvas, com dezenas de municípios em situação de calamidade pública e emergência, pessoas desalojadas¹ ou desabrigadas², com incidentes de óbitos e desaparecidos.

Em 2011, no Rio de Janeiro, especificamente na região serrana, ocorreram 900 mortes e centenas de pessoas desaparecidas soterradas por toneladas de terra e escombros que desceram morro abaixo devido às chuvas. Com as mudanças climáticas, as estiagens no Brasil têm provocado muitos danos e prejuízos e, em outubro de 2023, 60 municípios no estado do Amazonas decretaram situação de emergência por causa de seca histórica, com números de mais de 600 mil afetados³.

Historicamente, o Nordeste brasileiro tem sido palco de desastres naturais predominantemente relacionados à seca e estiagem. No entanto, a realidade atual mostra uma mudança preocupante: a região agora também enfrenta, com frequência, enchentes e inundações. Um exemplo marcante ocorreu em 2010, quando Alagoas e

¹ São as pessoas cujas habitações foram danificadas ou destruídas, mas que não, necessariamente, precisam de abrigos temporários. Muitas famílias buscam hospedar-se na casa de amigos ou parentes, reduzindo a demanda por abrigos em situação de desastre (DEFESA CIVIL DE PERNAMBUCO, 2019).

² São as pessoas cujas habitações foram destruídas ou danificadas por desastres, ou estão localizadas em áreas com risco iminente de destruição, e que necessitam de abrigos temporários para serem alojadas. (DEFESA CIVIL DE PERNAMBUCO, 2019).

³ Qualquer pessoa que tenha sido atingida ou prejudicada por desastre – desalojado, desabrigado, ferido, etc. (DEFESA CIVIL DE PERNAMBUCO, 2019).

Pernambuco foram severamente atingidos por chuvas intensas. Em Pernambuco, 67 municípios sofreram com enchentes, resultando em grandes danos e prejuízos.

Mais recentemente, em 2022, Pernambuco foi novamente cenário de um desastre socioambiental com um elevado número de mortes, aproximando-se dos dados alarmantes de 1966. Este evento contabilizou 176 óbitos e milhares de desalojados e desabrigados (Folha de Pernambuco, 2022).

É crucial entender que os desastres são, em grande parte, produtos e processos resultantes da transformação e do crescimento da sociedade. Eles estão intrinsecamente ligados a fatores ambientais e a modos de vida que geram vulnerabilidades sociais e, por consequência, a vulnerabilidade aos próprios desastres. Isso inclui aspectos como desigualdades econômicas, ocupação inadequada do solo em áreas de risco, ausência de equipamentos urbanos essenciais e políticas públicas insuficientes para atender às demandas da população (CEPED, 2010).

Uma vez ocasionado danos e prejuízos pela ocorrência de um desastre, devido à interação entre o fenômeno natural e à vulnerabilidade produzida socialmente, o poder público e a sociedade devem empreender esforços para atender à população atingida, efetivando a atuação dos mecanismos públicos ou instituições responsáveis para intervir remediando e/ou minimizando os danos e prejuízos.

Para a comunidade atingida por desastres, as condições, dependendo da intensidade do evento, podem resultar em emergência ou de calamidade pública por apresentar danos materiais e ambientais, além dos impactos físicos e/ou emocionais nos indivíduos atingidos. Quando é reconhecida a situação anormal pelo poder público se faz necessária a intervenção coordenada das três esferas do governo (federal, estadual e municipal). Essas intervenções na comunidade devem ter o objetivo de dar assistência e alterar a realidade das famílias em situação de vulnerabilidade devido ao desastre. Para isso, a atuação deve ter característica coordenada e complementar com a articulação dos órgãos da coordenação da defesa civil e os órgãos setoriais, juntamente com outras instituições como as das áreas da Saúde e da Assistência Social, entre outros.

A Psicologia, no atendimento às pessoas atingidas e comunidades em situação de crise por acometimento de um desastre, permeia o diálogo entre várias áreas de conhecimento, como a clínica, social e comunitária; o campo da psicologia ambiental, organizacional e institucional; e, especificamente, a psicologia da gestão integral de

riscos, emergências e desastres, que representa um campo teórico/prático organizado coletivamente, tomando como referência as ameaças potenciais (CREPOP, 2021).

Para a(o) profissional de psicologia que atua em emergências e desastres é necessária a especialização na área, pois a formação em psicologia ainda não contempla, de forma consistente, essa modalidade de atuação. Há necessidade, também, de um preparo profissional para trabalhar com disponibilidade integral e sob o impacto de forte carga emocional (Fonseca, Biasoto, Vicente, Padovan *in* Franco org., 2015). Para além dessas questões, a(o) profissional de psicologia não pode deixar de lado sua humanidade e nem ignorar que o sofrimento humano também a(o) afeta.

Diante do exposto, esta dissertação apresentou como questão de pesquisa que orientou todo o processo deste trabalho: Como ocorre a experiência, enquanto psicóloga(o), em uma situação de desastre? E elegeu como objetivo geral mapear as principais práticas de intervenção psicossocial em situações de emergências e desastres; como objetivos específicos, pretendeu-se: (1) delinear, na literatura, os conceitos de emergência e desastre; (2) descrever os principais eventos ocorridos na Região Metropolitana do Recife nos últimos 10 anos; (3) mapear a atuação da(o) psicóloga(o) nesses contextos; e (4) compreender a contribuição da Psicologia para melhoria das condições de vida das populações atingidas por situações de emergências e desastres através da atenção psicossocial.

Visando à consecução dos objetivos, foi realizada uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, tomando como base teórica a abordagem cartográfica concebida por Deleuze e Guattari 1985/2011, levando em conta, sobretudo, “as pistas do método da cartografia”, contidas nos dois volumes de mesmo título, organizados por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Silvia Tedesco e Liliana da Escócia (2020/2016). Outros autores como Ferreira Neto (2011) e Mairesse (2003); no âmbito das emergências e desastres, com Valencio et al. (2009/2010) e CREPOP (2021); e a Psicologia no campo das emergências e desastre, com Franco (2015), Francisco (2012) e IASC - Comitê Permanente Interagências (2007).

Inicialmente, apresentamos as experiências vividas pela pesquisadora-participante com o título “A experiência e a escrita de um início e vários recomeços”, bem como a ação desenvolvida junto aos profissionais de psicologia e o Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco CRP 02 - “O método cartográfico e atenção psicossocial a profissionais que atuam em situações de emergência e desastre”.

A seção “Apresentando o campo-tema das emergências e desastres” contextualiza o debate, trazendo uma retrospectiva dos eventos críticos ocorridos na região nos últimos dez anos, descritos na subseção “Desastres socioambientais no território de Recife e região metropolitana: uma retrospectiva de vulnerabilização”. Na sequência, aprofundam-se reflexões sobre os efeitos da desterritorialização em contextos de desastre, abordando o território não apenas como espaço físico, mas, também, como espaço simbólico e afetivo, especialmente na seção intitulada “Território e a (des)territorialização em contextos de emergência e desastres”. O texto avança com a análise dos dispositivos de políticas públicas em territórios afetados por desastres, articulando diferentes níveis de resposta institucional, na seção “Políticas públicas nas situações de desastres: dispositivos em territórios afetados”, fechando a sessão com uma “Revisão sistemática de literatura sobre desastres e atenção psicossocial”.

A parte seguinte, “Caminho metodológico e justificativa contextual desta escrita”, apresenta os fundamentos epistemológicos que embasam a abordagem cartográfica adotada, aprofundada na subseção “Cartografia da atuação da(o) profissional de Psicologia nas situações de emergência e desastres”. Também são explorados os elementos que emergem das narrativas construídas nesses contextos, especialmente os atravessamentos subjetivos de quem atua e de quem é afetado diretamente, na seção “Aspectos das narrativas em contextos de emergências e desastres”.

Por fim, o texto se debruça sobre o papel da Psicologia na gestão de crises, em especial a partir da perspectiva da atenção psicossocial, abordada na seção “A construção da atenção psicossocial nas situações de emergência e desastres”. Encerrando, a seção “As interfaces da Psicologia na gestão integral de riscos, emergências e desastres” sintetiza as orientações para a atuação profissional destacando práticas psicossocial fundamentadas nos princípios da gestão integral de risco, emergências e desastres.

2. A EXPERIÊNCIA E A ESCRITA DE “UM INÍCIO E VÁRIOS RECOMEÇOS”

Este trabalho não se configura apenas como um exercício de ordenação de ideias e sistematização de informações sobre o tema das emergências e desastres. Trata-se, antes, de uma jornada pessoal que reflete um processo vivo de construção de uma síntese, continuamente elaborada e ressignificada. Refletir sobre experiência remete a lembranças que envolvem tempo, espaço e memória, elementos indissociáveis do próprio ato de narrar. Implica, ainda, considerar os conceitos de invenção e ficção, de história e verdade, bem como as estratégias narrativas que articulam esses elementos em um enredo significativo (Mairesse, 2003).

O título desta seção foi tomado de empréstimo de um trecho do trabalho final desenvolvido durante o curso de pós-graduação em Psicologia Social e Intervenções Comunitárias, no qual relatei minha primeira experiência profissional no campo das emergências e desastres, vivenciada em 2010.

De fato, foi um início profissional que exigiu estudo e dedicação a cada demanda que surgia com a finalidade de realizar encaminhamentos e intervenções adequadas. Durante minha atuação junto à comunidade afetada por desastre, utilizei um diário de campo para registrar a experiência. Em um cenário caótico, contribuir para os “vários recomeços” das famílias atingidas foi o grande desafio.

Minha experiência no campo das emergências e desastres, como técnica social - psicóloga ocorreu em um município acometido por um desastre socioambiental, em junho de 2010, devido às fortes chuvas e enchentes na região da Mata Sul, no estado de Pernambuco. A oportunidade de atuar na área de emergência surgiu concomitantemente a muitas incertezas sobre a prática: “O que fazer?”, “Como fazer?”, “O que encontrarei?”. A falta de experiência gerava preocupações e ansiedade.

O contrato de trabalho com a Secretaria de Crise do Governo do estado de Pernambuco foi firmado em setembro de 2010, três meses após o desastre, mas o cenário da cidade ainda era de destruição, na transição da fase resposta para reconstrução. Muitas famílias estavam desalojadas em casas de parentes, e as desabrigadas encontravam-se em acampamentos. Foram montados dois acampamentos para atender aproximadamente 300 famílias. A equipe técnica responsável pelo

acompanhamento das famílias era formada por supervisor, coordenadores, técnicos sociais (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos) e educadores sociais.

O trabalho dos técnicos sociais foi orientado pelo Plano de Ação Emergencial para enfrentamento das consequências das enchentes, implementado pelo governo do estado em parceria com o governo municipal. A proposta era acompanhar e atender tecnicamente as pessoas abrigadas; possibilitar o gerenciamento eficaz dos abrigos — especialmente das escolas que funcionavam como tal — e dos acampamentos; além de articular os diversos equipamentos públicos municipais para garantir atenção especial à população abrigada.

No primeiro trimestre de 2011, já não havia mais famílias nos abrigos e acampamentos. No entanto, permaneci acompanhando a comunidade através da política pública de assistência social municipal, na função de coordenadora de um centro de referência de assistência social-CRAS, até janeiro de 2015. Durante este período foi possível acompanhar famílias e comunidades que, anteriormente abrigadas, estavam em processo de adaptação em conjuntos habitacionais populares, em novos territórios e novas moradias, na fase de reconstrução.

Ainda no campo das emergências, em 2018, fui contratada como psicóloga pela Cáritas Brasileira⁴ para atuar em um programa de ajuda humanitária no Nordeste, especificamente em Recife/PE. O programa tinha como objetivo contribuir com a assistência humanitária e a integração de solicitantes de refúgio e migrantes venezuelanos(as) em situação de vulnerabilidade social que buscavam reconstruir a vida no Brasil. A equipe era composta por psicóloga, assistente social e educador. Os atendimentos psicossociais e acompanhamentos aos migrantes e refugiados ocorriam em abrigos e na Casa de Direitos para Migrantes e Refugiados de Pernambuco — uma iniciativa da Cáritas Brasileira em parceria com a Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP. Em 2020, no cargo de coordenação, ampliamos o programa de ajuda humanitária para além de Pernambuco, abrangendo também os estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Com a crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19, a partir de março de 2020, além do acompanhamento aos migrantes e refugiados, passamos a atender também outros públicos, como indígenas migrantes warao, homens e mulheres do

⁴ Cáritas Brasileira é um organismo da CNBB- conferência nacional dos bispos do Brasil. Quanto rede é uma das organizações-membro da Cáritas internacional.

campo e pessoas em situação de rua. As intervenções visavam fortalecer a rede Cáritas — uma rede mundial de ajuda humanitária — e outras instituições da rede de solidariedade. Houve muitos desafios para realizar encaminhamentos e articular parcerias com o objetivo de garantir o acesso do público prioritário aos serviços básicos e à segurança, considerando o cenário de desemprego, insegurança alimentar e nutricional, e a fragilidade dos equipamentos públicos.

Ainda na instituição Cáritas Brasileira, em 2022, diante das fortes chuvas que atingiram o estado de Pernambuco, entre maio e junho daquele ano, fui convidada a assumir a área de Meio Ambiente, Gestão de Risco e Emergência-MAGRE, com o objetivo de atuar na prevenção de desastres, no atendimento emergencial a indivíduos e famílias afetadas e na construção de comunidades mais seguras e resilientes.

Coordenei o projeto Resposta Emergencial Pernambuco, com atuação nos municípios de Recife, Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes. O projeto atendeu mais de 5.000 famílias, com impacto indireto sobre aproximadamente 20.000 pessoas. As atividades iniciaram com o mapeamento das necessidades e das lacunas no apoio público às populações afetadas pelas chuvas, por meio da articulação do consórcio Cáritas Brasileira em parceria com Cáritas Bélgica, Cáritas Suíça e a União Europeia. Neste período, contribuí com a implementação de uma comissão com a participação de várias instituições e movimentos da sociedade civil com o intuito de coordenar as ações junto às comunidades afetadas.

Ainda em 2022, na coordenação de um projeto de ajuda humanitária no estado de Alagoas, em parceria com a rede Cáritas local. O objetivo era apoiar famílias e pessoas afetadas por desastres socioambientais provocados pelas fortes chuvas e enchentes que acometeram cerca de 40 municípios alagoanos. As atividades envolviam entrevistas com as famílias para levantamento de demandas, articulações e orientações para os serviços públicos.

Em 2023, novas enchentes voltaram a afetar o estado de Alagoas. Coordenamos um novo projeto de ajuda humanitária, em parceria com a Cáritas local e organizações sociedade civil -OSCs, com o objetivo de apoiar as famílias afetadas em diversos bairros de Maceió, diante da insegurança alimentar e nutricional. Promovemos orientações e encaminhamentos aos serviços públicos locais. Um grupo específico afetado por esse desastre foi o das comunidades de pescadores e pescadoras.

Considerando minha atuação no campo das emergências e desastres, em abril de 2024, diante das fortes chuvas no Rio Grande do Sul e dos danos causados em vários municípios, passei a acompanhar, por meio da rede Cáritas Brasileira e Cáritas do Rio Grande do Sul, bem como de outras organizações, as ações de ajuda humanitária no estado. Atendi a demanda do Conselho Regional de Psicologia do RS - CRP RS, contribuindo como voluntária em rodas de conversa, orientações e webinários para profissionais de Psicologia que atuam voluntariamente nos diversos abrigos instalados pelo estado. As atividades ocorreram no formato virtual.

Atualmente, em 2025, passei a atuar na coordenação de um projeto voltado à formação e ao fortalecimento de organizações da sociedade civil, junto a lideranças e coletivos impactados por um desastre socioambiental em Maceió, Alagoas. O projeto faz parte do Programa “Nosso chão nossa história” cujo objetivo é promover a reparação de danos extrapatrimoniais por meio de iniciativas e projetos sociais. A iniciativa é fruto de uma parceria entre a Cáritas Brasileira Regional NE2, o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos -UNOPS/ONU e o Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais-CGDE formado pela sociedade civil.

Durante a minha trajetória junto às comunidades vulneráveis, cujas dificuldades foram agravadas pelos desastres socioambientais, percebi que para contribuir de forma mais ampla, além da ajuda humanitária, era preciso ir além. Por isso, iniciei um processo de participação em espaços de controle social e em conselhos de classe.

No Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco -CRP-PE, iniciei minha colaboração voluntária em 2011, integrando a Comissão de Políticas Públicas. Junto a outras psicólogas mais experientes, inserimos o tema da Psicologia das Emergências e Desastres, através de um GT- grupo de trabalho. Contribuí com a organização e facilitação da Oficina Regional sobre Emergência e Desastres promovida pelo CRP-PE, com a presença de membros da Comissão Nacional de Psicologia nas Emergências e Desastres e da Defesa Civil do Governo do Estado, em 2013. Na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, realizada em setembro de 2012, em São Paulo, participei da fundação da Associação Brasileira de Psicologia nas Emergências e Desastres - ABRAPEDE, atualmente inativa. Também com o objetivo de contribuir com a categoria profissional, em 2021 participei, com o Conselho Federal de

Psicologia, da elaboração do documento Referências técnicas para atuação de Psicólogos (os) na gestão de riscos, emergências e desastres⁵.

Após cerca de 15 anos de atuação no campo, revisito a memória da profissional iniciante, marcada por preocupações e ansiedade, como descrevi anteriormente. Se antes minhas emoções e sentimentos passavam por uma resignificação, agora uma inquietação se soma a eles: os cenários de emergências e desastres persistem, mantendo as mesmas severas consequências para as comunidades e as mesmas indagações emergem: o que pode a psicologia frente a tais cenários? Essas experiências me levaram à necessidade de aprofundar os estudos sobre intervenções psicossociais, construir mapas que apresentem a atuação da/o psicóloga/o em contextos de crise e o acompanhamento de grandes grupos ou comunidades.

2.1. Minha aproximação com o método da cartografia e atenção psicossocial a profissionais que atuam em situações de emergências e desastres

Retomando a trajetória profissional em espaços de controle social e em conselho de classe neste texto relatamos uma experiência de intervenção desenvolvida durante a situação de emergência resultante das intensas chuvas que assolaram a Região Metropolitana do Recife -RMR, no estado de Pernambuco, no ano de 2022. Atuando como colaboradora voluntária no Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco -CRP-PE, integrei o Comitê de Crise estabelecido pela autarquia que possibilitou a construção coletiva de ações emergenciais direcionadas tanto à categoria profissional da Psicologia quanto a outros atores envolvidos na resposta ao desastre.

O impacto psicossocial decorrente de situações de emergências e desastres é determinado por uma multiplicidade de fatores, incluindo: a natureza do evento, o ambiente e suas circunstâncias, as características individuais dos sujeitos afetados, e as vulnerabilidades comunitárias e pessoais das populações atingidas. Profissionais que atuam diretamente nesses cenários também estão suscetíveis a manifestar sinais e sintomas físicos e emocionais, em virtude da exposição a sofrimento intenso, mortes traumáticas, perdas de colegas e outros desafios de ordem individual, interpessoal e

⁵ Documento propõe uma reflexão crítica e histórica sobre a inserção da Psicologia no campo das emergências e dos desastres, ampliando as possibilidades da atuação das (os) psicólogas (os) no gerenciamento de riscos e vulnerabilidades. Ver no site do CFP: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-na-gestao-integral-de-riscos-emergencias-e-desastres/>

comunitária. Tais condições representam ameaças diretas à saúde mental, sendo agravadas pelas dificuldades estruturais inerentes às próprias organizações (OPAS, 2006). Sendo assim, torna-se premente a identificação de estratégias eficazes de cuidado psicológico voltadas a esses profissionais, com ênfase em intervenções preventivas que mitiguem os sofrimentos pela exposição prolongada a contextos críticos.

A intensificação das chuvas culminou em impactos severos nas áreas de maior vulnerabilidade regional, notadamente os deslizamentos de terra em encostas localizadas nas periferias urbanas. Em maio de 2022, as precipitações intensas provocaram uma tragédia que resultou aproximadamente em 130 óbitos e deixou aproximadamente 4.000 pessoas desalojadas na RMR, além de inúmeras perdas materiais (Anjos et al., 2024). Em face a esse tipo de emergência, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia desenvolveram estratégias e planejamentos específicos, norteados pelo gerenciamento de crises, incentivando a produção e a disseminação de referenciais conceituais, metodológicos e tecnológicos para a atuação da Psicologia neste domínio (CREPOP, 2021).

A experiência aqui documentada foi coordenada pelo Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região - CRP-PE, que atuou como entidade mediadora com base em seu Plano de Resposta às Emergências e Desastres. Considerando a criticidade da situação, o CRP-PE optou por desenvolver ações de apoio aos profissionais de Psicologia envolvidos no contexto emergencial, priorizando a realização de oficinas formativas sobre intervenções em desastres, articulação estratégica com as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde e a organização não governamental Médicos Sem Fronteiras -MSF e ações envolveram a condução de escutas interventivas junto a membros da Defesa Civil do Estado de Pernambuco e a profissionais que buscaram apoio psicológico espontaneamente junto ao CRP-PE.

As oficinas, conduzidas na modalidade remota, alcançaram cerca de 500 profissionais de Psicologia inscritos, com uma participação efetiva de 350. Adicionalmente, foram promovidas capacitações para 65 profissionais de outras áreas mobilizados para a resposta ao desastre.

A atuação das/os psicólogas/os envolvidas na iniciativa exigiu uma revisão crítica de modelos preestabelecidos, demandando uma postura de aprendizado contínuo e adaptação. Metodologicamente, a intervenção foi fundamentada na

cartografia proposta por Deleuze e Guattari (1980/2011), que concebe o conhecimento como um processo construído na experiência e na relação coletiva entre os sujeitos implicados.

Neste arcabouço, a cartografia salienta a dimensão afetiva do trabalho, ao considerar a capacidade de afetar e ser afetado como um elemento central na edificação de práticas interventivas (Passos & Barros, 2009b). Tal processo requer uma atenção ampliada ao inesperado e à multiplicidade de sentidos que emergem das situações, possibilitando a identificação de pistas e a reorientação contínua das estratégias de cuidado. Trata-se, portanto, de uma aprendizagem que transcende o desenvolvimento de habilidades técnicas, centrando-se na ativação de potencialidades subjetivas que emergem do encontro entre os atores e seus contextos.

Essa perspectiva demonstrou-se particularmente pertinente para lidar com o dinamismo e a complexidade das situações vivenciadas. As ações desenvolvidas a partir das escutas interventivas permitiram a elaboração de múltiplas pistas de atuação, desenhadas em resposta às demandas emergentes. Entre as ações implementadas, destacam-se: a criação de um formulário para levantamento das necessidades dos psicólogos; a instituição de um canal de comunicação direta com a categoria ("Fale com o CRP-PE"); a criação de um e-mail institucional específico para o comitê de crise; a produção de vídeos informativos e materiais sobre luto, resiliência e intervenções voltadas a crianças e idosos; além da realização de reuniões para monitoramento das ações e articulações visando à resposta emergencial e à reconstrução pós-evento.

Outro aspecto relevante reside na valorização da dimensão subjetiva e coletiva do cuidado em contextos de desastre. A *práxis* das psicólogas envolvidas impôs uma constante revisão de modelos tradicionais, convocando-as a mobilizar suas potencialidades relacionais, éticas e afetivas. Desse modo, a construção das práticas psicossociais que não se restringiu a protocolos técnicos, mas abrangeu o reconhecimento das múltiplas camadas de sofrimento, pertencimento e resistência presentes nos territórios afetados.

Em suma, evidenciam-se a relevância de estratégias de práticas de cuidado voltadas não apenas às populações diretamente atingidas, mas também às equipes que operam na linha de frente. Ademais, tais achados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas e intersetoriais, capazes de antecipar e responder aos efeitos

psicossociais decorrentes de desastres, especialmente em um contexto de crescente intensificação de eventos climáticos extremos (Anjos et al., 2024; CREPOP, 2021; OPAS, 2006).

Diante desse cenário, coloca-se uma questão central: de que modo a compreensão do desastre como um fenômeno complexo — atravessado por vulnerabilidades sociais, impactos psicossociais e limitações institucionais — pode orientar de forma crítica e ética a atuação da Psicologia em contextos de emergências e desastres?

3. APRESENTANDO O CAMPO-TEMA DAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Para responder à indagação anterior, torna-se necessário retomar alguns conceitos fundamentais que constituem a base teórica desta dissertação, especialmente aqueles relacionados às implicações dos desastres para as comunidades afetadas e ao papel dos profissionais de Psicologia nesses contextos. A apreensão desses referenciais é indispensável para analisar os impactos psicossociais desses eventos, bem como para compreender a atuação da Psicologia na promoção do cuidado, na prevenção de riscos e na reconstrução de vínculos sociais em situações de emergência.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil, 2023), as perspectivas futuras indicam um aumento na frequência e na intensidade de eventos adversos, causados por fatores como mudanças climáticas, degradação ambiental, urbanização acelerada e sobrecarga das cidades. De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2024b), as mudanças climáticas decorrem do acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera, cuja concentração vem aumentando significativamente desde 1850, alcançando níveis inéditos nos últimos 800 mil anos — fenômeno impulsionado principalmente por ações humanas, como o desmatamento e a queima de combustíveis fósseis.

De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2024b), o aquecimento da atmosfera e dos oceanos altera diversos sistemas naturais, incluindo mudanças nos padrões de distribuição das chuvas, derretimento das geleiras e alterações no comportamento e na ecologia de espécies e ecossistemas. Tais alterações podem resultar no aumento do nível do mar, em secas, inundações, ondas de calor e modificações na distribuição e no comportamento de vetores e patógenos. Esses fatores complexos impactam direta e indiretamente a saúde humana, especialmente entre populações mais vulneráveis, como observado pela Organização Pan-Americana da Saúde- OPAS (2017).

Além disso, os agravos à saúde provocados por fenômenos climáticos extremos, como inundações, vão além dos traumatismos físicos, que incluem lesões e mortes acidentais, abrangendo majoritariamente efeitos não traumáticos, como doenças cardiovasculares, respiratórias e renais, doenças de transmissão vetorial, transtornos mentais e problemas psicossociais.

Conforme o Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNDRR, 2023), um desastre é definido como “uma grave disrupção do

funcionamento de uma comunidade ou sociedade em qualquer escala, devido a eventos extremos que interagem com condições de exposição, vulnerabilidade e capacidade, levando a perdas e impactos humanos, materiais, econômicos e ambientais” (p. 61).

No Brasil, os principais documentos normativos sobre o tema são oriundos da Política Nacional de Defesa Civil. De acordo com esse marco legal, o desastre pode ser compreendido como o resultado de eventos adversos — naturais ou provocados pelo ser humano — que incidem sobre ecossistemas vulneráveis, gerando danos humanos, materiais e ambientais, além de prejuízos econômicos e sociais (Brasil, 2007). A situação de emergência é caracterizada como uma condição anormal provocada por desastres, que compromete parcial ou totalmente a capacidade de resposta do ente federativo afetado.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil, 2023), eventos adversos são ocorrências prejudiciais que geram danos⁶ e podem resultar em desastres. Quando tais eventos comprometem parcialmente a capacidade de resposta do poder público, caracteriza-se uma situação de emergência. Já a calamidade pública ocorre quando há comprometimento substancial dessa capacidade, exigindo uma resposta mais complexa.

De acordo com a Defesa Civil de Pernambuco (2019), uma ameaça é um evento em potencial — natural, tecnológico ou antrópico — com elevada possibilidade de causar danos humanos, materiais e ambientais, além de perdas socioeconômicas. A intensidade de um desastre depende da interação entre a magnitude do evento adverso e o grau de vulnerabilidade da população ou território afetado, sendo mensurada pelos danos e prejuízos causados.

Nesta dissertação, será dada ênfase aos desastres decorrentes de ameaças naturais. Segundo o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED, 2010), essas ameaças incluem grandes chuvas, terremotos, vulcões, furacões, tornados e vendavais, podendo ser classificadas como geológicas, meteorológicas, hidrológicas, oceânicas ou biológicas.

⁶ Resultado das perdas humanas, materiais ou ambientais infligidas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e aos ecossistemas, como consequência de um desastre. Medida que define a severidade ou intensidade da lesão resultante de um acidente ou evento adverso (DEFESA CIVIL DE PERNAMBUCO, 2019).

As ameaças naturais têm se intensificado nas últimas décadas, sobretudo em razão das mudanças climáticas. O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas -IPCC (2021) define essas mudanças como variações mensuráveis no estado do clima, observadas em séries temporais de longo prazo — geralmente de décadas ou até milênios.

Entre essas ameaças, os eventos de chuvas intensas se destacam pela capacidade de provocar impactos abruptos sobre as estruturas urbanas. Chuvas em grande volume podem gerar enchentes, alagamentos e deslizamentos de terra, frequentemente agravados pela ausência ou precariedade de infraestrutura urbana (Anjos et al., 2024). Segundo a Defesa Civil de Pernambuco (2019), os principais conceitos associados são:

- Alagamento: acúmulo de água em áreas urbanas, geralmente devido à drenagem insuficiente.
- Deslizamento: escorregamento de solo, rochas, vegetação ou construções em áreas inclinadas.
- Desmoronamento: colapso de estruturas, podendo ocorrer em encostas.
- Enchente: elevação do nível dos rios acima do normal.
- Inundação: transbordamento de corpos d'água ou acúmulo em locais não usualmente submersos.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil, 2023) ressalta que, embora eventos adversos possam ocorrer em qualquer localidade, são as populações em situação de vulnerabilidade que sofrem os impactos mais severos. Isso se deve à combinação entre o evento e a fragilidade social, resultando em desastres e, muitas vezes, em crises humanitárias, como situações de emergência ou estados de calamidade pública.

Segundo Freitas e Paiva (2025), os desastres socioambientais resultam da interação entre uma ameaça, condições sociais desiguais e a limitada capacidade de resposta a esses eventos, o que evidencia processos de degradação ambiental e graves problemas sociais. Os autores também ressaltam a dimensão social dos desastres, destacando que a dinâmica social influencia tanto sua ocorrência quanto seus impactos. Nesse sentido, estes autores adotam o termo *desastres socioambientais* para enfatizar a relação recíproca entre as dimensões sociais, políticas e ambientais envolvidas nesses fenômenos.

Para os autores acima referidos, as desigualdades atuam como fatores condicionantes da vulnerabilidade e da exposição aos efeitos mais severos dos desastres socioambientais. Destacam ainda que esses desastres não apenas intensificam riscos e vulnerabilidades preexistentes, mas também podem gerar novos contextos de risco, dependendo das condições ambientais, sociais e sanitárias presentes nos territórios. Dessa forma, os desastres socioambientais são compreendidos como fenômenos complexos e dinâmicos, capazes de provocar situações coletivas de estresse e rupturas nos modos de vida das comunidades em suas bases territoriais.

O conceito de vulnerabilidade é fundamental para compreender a desigual exposição das populações aos riscos. Confalonieri (2003, como citado em Valencio, 2009) define grupos vulneráveis como aqueles com menor capacidade de antecipar, resistir, enfrentar ou se recuperar de eventos adversos, geralmente em decorrência de mudanças abruptas no ambiente e da ruptura de sistemas de vida. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil, 2023) acrescenta que a desigualdade social é um fator que contribui para a vulnerabilidade a desastres, impactando desproporcionalmente os mais pobres e, assim, ampliando as desigualdades existentes.

A Defesa Civil de Pernambuco (2019) define vulnerabilidade como a exposição socioeconômica ou ambiental de um cenário aos impactos de eventos adversos — naturais, tecnológicos ou antrópicos — refletindo o nível de insegurança frente a tais ameaças. Além disso, autores como Quarantelli (1989) e Nasreen (2004), citados por Valencio (2009), compreendem o desastre também como um fenômeno social. Para esses estudiosos, o desastre representa uma situação coletiva de estresse e desorganização, caracterizada pela ruptura do funcionamento social e territorial.

A partir dessa compreensão, a análise do tipo de desastre abordado neste trabalho exige a consideração das especificidades territoriais nas quais tais eventos se materializam. Nesse sentido, o recorte espacial do estudo concentra-se no município do Recife e em sua Região Metropolitana, onde processos históricos de urbanização contribuíram para a produção de desigualdades socioespaciais que ampliam as condições de vulnerabilidade.

3.1. Desastres socioambientais no território de Recife e Região metropolitana: uma retrospectiva de vulnerabilização.

Desde o processo de urbanização do município do Recife, localizado no estado de Pernambuco, alguns bairros concentram as maiores rendas e melhores condições de habitação, enquanto outros territórios estão à margem dos investimentos e das políticas públicas. O contexto histórico das diversas formas de ocupação nos bairros do Recife reflete, em sua maioria, as realidades sociais existentes. Segundo Castro (*in* Anjos et al., 2024) durante o século XX, com a expansão da cidade houve um crescimento urbano em direção às periferias.

Segundo Silva e Menezes (2020), o modelo societário vigente continua a reproduzir processos históricos de exclusão, estruturando a territorialidade a partir da segregação entre ricos e pobres, e evitando o debate sobre a pobreza para além de perspectivas meritocráticas e individualizantes. Desloca-se o foco da negligência estatal diante das situações de vulnerabilização da população, concentrando a atenção em fenômenos naturais apresentados como imprevisíveis.

Segundo Yasui, Luzio e Amarante (2018), os espaços urbanos apresentam processos de divisão, setorização e hierarquização que criam fronteiras simbólicas, delimitando quem pode ou não circular. Um exemplo desse fenômeno é a *gentrificação*, que surge a partir de iniciativas de revitalização ou reurbanização de áreas urbanas degradadas, valorizando o espaço e deslocando a população de baixa renda para regiões geralmente mais periféricas.

Os autores destacam que, conforme Gaffney (2013), a *gentrificação* configura padrões socioespaciais típicos do neocolonialismo, ao adaptar os territórios para estimular fluxos globais de capital, funcionando como uma espécie de “limpeza” do espaço urbano para reinserção no mercado.

De acordo com o CREPOP (2021), os desastres são frequentemente consequência do modelo de desenvolvimento das sociedades dominantes, que coloca pessoas e o meio ambiente em risco. Fatores como urbanização sem planejamento, degradação ambiental, aquecimento global, epidemias, concentração de capital cultural, desigualdade na distribuição de renda e pobreza contribuem para a ocupação de áreas periféricas e de risco habitacional, com acesso limitado a serviços básicos. Em suma, a falta de cuidado com o meio ambiente e com as populações gera vulnerabilidades que podem culminar em desastres.

A partir da dinâmica acima e da falta de planejamento e de políticas públicas nas áreas onde habita a população em situação de vulnerabilidade social resultou em uma maior exposição desses locais aos desastres socioambientais.

Realizou-se uma busca em portais de notícias, com o objetivo de identificar situações de emergências e desastres socioambientais ocorridos na cidade do Recife e na Região Metropolitana. Como a pesquisa tem como foco desastres no contexto de eventos naturais, utilizou-se para a busca algumas palavras-chave: chuvas, emergências, desastres, Recife e região metropolitana.

Tabela 01. Emergências e desastres socioambientais em Recife e Região metropolitana.

Período	Fontes
2014 - 2016 –	G1 PE (2014) - Chuvas na Região Metropolitana do Recife derrubam muros e árvores. G1 PE (2014) - Em 12 horas, Recife registra chuva esperada para 11 dias. G1 PE (2015) -Em 24 horas, Recife tem maior chuva do ano; pai e filho morrem soterrados. DIÁRIO DE PERNAMBUCO (2015) - Chuvas causam transtornos no Recife e Região Metropolitana. G1 PE (2015) - Chuvas do começo da noite causam transtornos no Grande Recife. AGÊNCIA BRASIL (2015) - Recife está em estado de alerta por causa das chuvas. AGÊNCIA BRASIL (2016) - Chuva forte causa mais três mortes em Olinda. GI PE (2016) - Chuva forte deixa quatro mortos no Recife e em Olinda. AGÊNCIA BRASIL (2016) - Município de Pernambuco decreta estado de emergência por causa da chuva. DIARIO DE PERNAMBUCO (2016) - Recife, uma cidade construída sobre aterros.
2017 - 2019	G1 PE (2017) - Mulher é soterrada e o Recife registra a primeira morte por causa da chuva em 2017. AGÊNCIA BRASIL (2017) - PE: Cidades atingidas por chuvas passam de estado de calamidade para emergência. AGÊNCIA BRASIL (2017) - Com 44 mil pessoas afetadas, municípios de PE contabilizam prejuízos após chuvas. ECO NORDESTE (2017) - Seca atingiu 38 milhões de brasileiros em 2017 e ainda desafia. JC ONLINE (2017) Chuvas causam transtornos e alagamentos na RMR
2020 - 2022	G1 PE (2020) – Chuva causa alagamentos e transtornos no Grande Recife. G1 PE (2021) - Recife tem alagamentos e transtornos em diversos bairros após chuvas. JC ONLINE (2022) - Desastre das chuvas no Grande Recife: dossiê aponta o que o poder público precisa fazer antes do próximo inverno.

	FOLHA DE PERNAMBUCO (2022) - Maior tragédia do século em Pernambuco, mortes pelas chuvas de 2022 superam total da cheia de 1975.
2023 - 2024	BRASIL DE FATO (2023) - Em 24 horas, Grande Recife tem chuvas intensas, pontos de alagamento e deslizamento de barreira. AGÊNCIA BRASIL (2023) - Pernambuco decreta emergência em 12 municípios por causa das chuvas. JC ONLINE (2023) Chuvas de 2023 devem ser similares às de 2022, que provocaram desastre em Pernambuco. MARCO ZERO (2023) “Tudo de novo”. o desespero das famílias com as chuvas da região metropolitana do Recife.

As mudanças no uso e ocupação do solo ao longo da história do Recife influenciam diretamente os tipos de impactos causados pelas chuvas. A caracterização histórica dos eventos climáticos, aliada às alterações nos territórios como urbanização intensa, proximidade com zonas de risco e infraestrutura inadequada permite compreender como fatores sociais e ambientais ampliaram os efeitos de alagamentos, inundações e deslizamentos (Anjos et al., 2024).

Segundo as notícias, em junho de 2014, uma chuva de 12 horas resultou em uma precipitação equivalente a 11 dias, provocando 89 deslizamentos de terra em bairros como Linha do Tiro, Jordão, Ibura, Várzea, Dois Irmãos e Córrego do Jenipapo. Houve inundações em diversos pontos e a evacuação de 65 famílias para abrigos temporários (G1 PE, 2014). No ano seguinte, em junho de 2015, em apenas 24 horas choveu o volume esperado para 16 dias, resultando na morte de um pai e seu filho, no bairro da Bomba do Hemetério, localizado na zona norte da cidade, devido a um deslizamento (G1 PE, 2015). Outras ocorrências incluíram queda de muro no bairro do Ibura e deslizamentos no bairro do Vasco da Gama, sem vítimas.

Em 2016, no dia 30 de maio, em 06 horas choveu em Recife o volume esperado para o mês de maio. Neste dia, na cidade de Olinda, foram registrados 03 óbitos — duas mulheres e uma criança — e no Recife, a morte de uma criança de quatro anos, em decorrência de deslizamentos. Em abril do mesmo ano, um homem morreu no bairro do Alto José Bonifácio. Em toda região metropolitana do Recife, houve acumulados de chuvas, em poucas horas, esperado para o mês inteiro (Agência Brasil, 2016; Diário de Pernambuco, 2016).

Em 2017, embora tenha havido precipitações consideráveis, não foram registrados acidentes fatais, de acordo com Villela (2017). Já em 2019, deslizamentos causaram a morte de 12 pessoas em Recife, Olinda e Abreu e Lima. Cinco pessoas

foram soterradas e resgatadas com vida no bairro de Nova Descoberta (G1PE, 2019). Ainda na região metropolitana, na cidade de Jaboatão dos Guararapes, houve o deslizamento de 7 barreiras, sem vítimas e com 12 casas interditadas pela Defesa civil.

Em 2021 embora tenham ocorrido grandes precipitações de chuva, não ocorreram perdas humanas. Os alagamentos e movimentações de encostas ocorreram, porém a população esteve mais atenta aos informes da defesa Civil e diante das solicitações, na Cidade de Paulista 03 casas foram interditadas e as famílias retiradas antes do desabamento. Em Olinda, nos bairros de passarinho e Águas Compridas, as movimentações foram de pequeno porte e não houve prejuízo para os moradores próximos (G1PE, 2021).

No ano de 2022, no mês de maio, Recife enfrentou um dos maiores desastres socioambientais da sua história, noticiado em vários jornais eletrônicos, como a Folha de Pernambuco, o portal do Inmet, Portal G1 PE e outros registros sobre a situação de afetados por desastres no Brasil. Registrada como a maior tragédia de século em Pernambuco, as mortes ocorridas em decorrência dos impactos gerados pelas chuvas em 2022, foi a maior catástrofe ocorrida em 50 anos na capital Pernambucana, após a cheia do ano de 1966 que indicou a perda de 175 pessoas. Houve a perda de 134 pessoas (Nobrega, 2022).

Em 2023, as chuvas voltaram a causar deslizamentos, como no bairro de Coqueiral, sem registro de vítimas. Relatos de moradores evidenciaram o medo e a repetição dos cenários de calamidade (Ebrahim, Santos, Carneiro & França, 2023). No primeiro semestre de 2024, o volume de chuvas foi menor e ações preventivas da Defesa Civil incluíram simulações em áreas de risco em Recife e região metropolitana.

Nas últimas décadas, a ocorrência de desastres socioambientais no Recife e na Região Metropolitana tem se mostrado cíclica, concentrando-se nas mesmas épocas do ano e impactando repetidamente os principais territórios urbanos.

A produção científica sobre emergências e desastres tem incorporado, de forma progressiva, os aspectos sociais e as múltiplas vulnerabilidades dos grupos afetados. Entre esses fatores, destaca-se a pobreza como uma variável central para explicar a exposição ao risco e a dificuldade de recuperação, especialmente no contexto das chuvas que afetam cidades brasileiras (Valencio, 2009).

Dados recentes indicam que os impactos causados por eventos extremos de precipitação continuam a incidir, majoritariamente, sobre populações de baixa renda

que vivem em áreas de risco — um padrão de vulnerabilidade social que se repete desde as décadas de 1960, 1970 e 1980 (Anjos et al., 2024). Esses dados reforçam que os desastres não são eventos “naturais” em si, mas sim fenômenos com efeitos profundamente determinados por desigualdades sociais históricas e estruturais.

É importante destacar que os desastres socioambientais ocorrem em todo o território brasileiro, apresentando aspectos convergentes quanto aos territórios e públicos mais afetados. Para além dos danos materiais, é necessário considerar os impactos psicossociais e subjetivos decorrentes desses eventos.

3.2. Território e a (Des)territorialização em Contextos de emergências e Desastres

As mudanças climáticas têm provocado o deslocamento⁷ de milhares de brasileiros, como evidenciado por enchentes, secas, queimadas e incêndios florestais. Esses fenômenos agravam as crises hídricas e expõem a população a múltiplos riscos à saúde (Brasil, 2024b).

As comunidades atingidas, mesmo sendo de diferentes municípios, compartilham a experiência de desterritorialização forçada, tendo que reconstruir suas vidas em novos espaços. O território, nesse contexto, não é compreendido apenas como um local físico, mas também como um espaço carregado de significados e valores afetivos e sociais (Santos, Sol & Modena, 2020).

No campo da atenção psicossocial, os conceitos de espaço e território assumem relevância particular. Embora distintos, não são excludentes. O espaço refere-se à organização funcional e física dos serviços; o território, por sua vez, relaciona-se às subjetividades individuais e coletivas, sendo constituído por memórias, vínculos e valores culturais (Guattari, 1988; Santos, 2002, conforme citado em Ferreira Neto, 2011).

Os modos de ocupação e habitação dos espaços urbanos influenciam diretamente a constituição das subjetividades. Na análise de Guattari (1992), citada por Yasui, Luzio e Amarante (2018), a sociedade contemporânea — marcada pela técnica e pela desterritorialização — tende à produção de uma homogeneização capitalista dos valores, resultando na padronização dos comportamentos, não se levando em conta as singularidades dos territórios nos quais as pessoas habitam.

⁷ Pessoa que por motivo de desastre é obrigada a migrar da região que habita para outra que lhe seja mais propícia (DEFESA CIVIL DE PERNAMBUCO, 2019).

Santos e Ribeiro (2002) propõem a noção de “território relacional”, concebido como resultado da interação entre os cenários naturais e os processos sociais. Essa perspectiva compreende o território como memória viva, inscrita nas paisagens, nos modos de viver e nas manifestações culturais — compondo uma rede de significados que moldam as percepções e o sentimento de pertencimento (Yasui, Luzio & Amarante, 2018).

Para Ferreira Neto (2011), o território vai além da noção de espaço físico, configurando-se como uma construção dinâmica e contínua, resultado de processos sociais e políticos nos quais se articulam relações de poder e de produção de subjetividades. A relação entre território e subjetivação pode ser compreendida sob diferentes enfoques. Nas ciências sociais, é comum que o espaço e o sujeito — ou ator social — sejam tratados como categorias distintas, embora inter-relacionadas, sendo essa interação responsável pela produção do território. Tanto o território quanto o ator social são entendidos como entidades previamente constituídas que, ao interagirem, transformam-se mutuamente, mantendo, contudo, sua condição de agentes no processo.

De acordo com Deleuze e Guattari (1997 citados em Alvarez e Passos, 2009), o território não deve ser compreendido apenas por sua funcionalidade, mas também pelos sentidos e formas de expressão que o constituem. Nessa linha, os autores argumentam que o território é compreendido como um *ethos* — ao mesmo tempo morada e estilo de vida.

Para Guattari e Rolnik (1986), o território não se limita ao espaço físico, mas representa um espaço subjetivo e vivido, no qual o indivíduo se reconhece e se sente pertencente. Envolve apropriação simbólica, cultural e afetiva, refletindo comportamentos, representações e investimentos em múltiplas dimensões sociais e cognitivas.

De acordo com Freitas e Paiva (2025), os desastres socioambientais intensificam o sofrimento, o luto, os rompimentos afetivos, territoriais e institucionais, bem como sentimentos de solidão e desamparo. Os autores destacam que tais efeitos extrapolam a destruição material, atingindo dimensões simbólicas do território, entendido como referência espacial do self e da vida familiar e comunitária. Nessa perspectiva, ao se compreender o território para além de um espaço meramente geográfico, integrando aspectos materiais e imateriais, os desastres socioambientais

impactam não apenas as estruturas físicas, mas também os sentidos e significados atribuídos ao mundo.

O processo de *desterritorialização* causado por desastres ambientais está fortemente ligado a fatores políticos e socioeconômicos, acarretando sofrimento psicológico e social. As populações afetadas enfrentam a perda de autonomia, a fragilização de suas redes sociais e o enfraquecimento das memórias e histórias que sustentavam seu pertencimento ao território (Santos, Sol & Modena, 2020).

Segundo Silva e Menezes (2020), a dimensão afetiva relacionada ao espaço de moradia é frequentemente invisibilizada pelos saberes técnicos especializados, que tendem a restringir suas análises aos aspectos estruturais, desconsiderando os saberes e os afetos das populações que habitam áreas de risco. O lugar possui profundo significado simbólico e cultural, especialmente quando associado ao nascimento e à construção de vínculos familiares, o que torna os processos de remoção — *desterritorialização* (destaque da pesquisadora) —, mesmo em contextos de risco, questões complexas que extrapolam o âmbito financeiro, envolvendo dimensões afetivas e identitárias.

Assim, atuar com base na lógica do território implica concebê-lo como espaço de encontros, lócus de subjetivação e de autonomização. Trata-se de um ambiente onde se articulam ações de cuidado em rede, desafiando a racionalidade hegemônica e as imposições do capitalismo global (Yasui, Luzio & Amarante, 2018).

Ferreira Neto (2011) argumenta que, ao implementar políticas sociais com base territorial, o poder público frequentemente impõe um aparato regulador que define a configuração dos territórios segundo critérios administrativos. Esse processo tende a desconsiderar os aspectos socioculturais locais, resultando em delimitações artificiais. Dessa forma, observa-se uma dualidade na gestão política do território: de um lado, as condições e modos de vida das populações; de outro, a ação administrativa que reorganiza o espaço conforme as demandas do Estado. No contexto das políticas públicas, portanto, a noção de território não é unívoca, mas envolve múltiplas dimensões e interesses.

Adotar essa perspectiva — conforme orientações do modo de atuação de Atenção Psicossocial — significa reconhecer o território como espaço de interação e de relações sociais, ao mesmo tempo reprodutor de modos de vida hegemônicos e espaço de resistência e valorização das diferenças. A consolidação de redes de cuidado

no território favorece a criação de novos modos de existência, ampliando a contratualidade social, a autonomia e o reposicionamento subjetivo dos sujeitos diante da realidade (Yasui, Luzio & Amarante, 2018).

No contexto brasileiro, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, as políticas sociais passaram a incorporar os princípios da descentralização e da municipalização. Essa lógica organizacional se reflete na saúde, por meio do SUS; na educação, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); e na assistência social, com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nessa configuração, o conceito de território ganha centralidade, não apenas como delimitação geográfica, mas como eixo estruturante na redistribuição e organização das ações públicas (Ferreira Neto, 2011).

É nesse mesmo território — marcado por desigualdades históricas e distintas capacidades de acesso às políticas públicas — que os desastres se manifestam e produzem seus impactos. Compreendidos como fenômenos socialmente construídos, os desastres não podem ser analisados apenas sob uma perspectiva natural ou técnica, exigindo uma abordagem que considere os limites e as possibilidades de intervenção do Estado, bem como o papel das políticas públicas na prevenção, mitigação e resposta a esses eventos.

3.3. Políticas públicas nas situações de desastres: dispositivos em territórios afetados

Nesse sentido, a compreensão das políticas voltadas à gestão de desastres no Brasil torna-se fundamental. Entre as décadas de 1940 e 1980, a Defesa Civil brasileira passou por diversas mudanças. Essa evolução levou à criação do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) em 1988. Depois disso, novas atualizações foram implementadas. Um exemplo importante foi em 1994, quando o Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC) aprovou a Política Nacional de Defesa Civil (PNDC). O principal objetivo dessa política é garantir o direito fundamental à vida e à segurança das pessoas. A Defesa Civil tem, portanto, a responsabilidade de assegurar esses direitos em situações de desastres (BRASIL, 2007). A defesa civil direciona sua prática pelos seguintes objetivos:

promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem; prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas, reabilitar e recuperar áreas deterioradas

por desastres; atuar na iminência ou situações de desastres; promover a articulação e a coordenação do SINDEC, em todo o território nacional (BRASIL, 2007, p.05).

Considerando a perspectiva social dos desastres, a intervenção efetiva diante dos grupos mais vulneráveis, com políticas públicas voltadas para diminuição da pobreza, reduziria a intensidade de possíveis eventos adversos e suas consequências. Logo, a Política Pública de Assistência Social, no artigo primeiro da lei orgânica da assistência social - LOAS, enfatiza que

a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2004, p. 17).

A Assistência Social Brasileira, após a Constituição Federal de 1988, passou por uma nova concepção, havendo sido incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em dezembro de 1993, como política social pública. Iniciou-se o percurso para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, inserindo-a, também, no sistema de bem-estar social brasileiro concebido como campo de Seguridade Social, juntamente com a saúde e a previdência social.

A Política Pública de Assistência Social marca sua especificidade no campo das políticas sociais, pois configura responsabilidades de Estado próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros. A LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos (BRASIL, 2004).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) rege-se pelos seguintes princípios democráticos, em consonância com o disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação

de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2004, p.17).

A PNAS abrange cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, como famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza; uso de substâncias psicoativas; atingidos por diferentes formas de violência; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho; e aqueles que utilizem de estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial. Abrange os eixos estruturantes e de subsistemas: matricialidade sociofamiliar; descentralização político-administrativa e Territorialização; novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; financiamento; controle social; o desafio da participação popular; política de Recursos Humanos; informação, monitoramento e avaliação.

Os serviços socioassistenciais do SUAS se organizam de forma que envolva a Vigilância Social, a Proteção Social e a Defesa Social. Destacam a Proteção Social que deve garantir: segurança de convívio, através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais e familiares; segurança de acolhida através de ações e projetos operados em rede com unidades responsáveis a proteger e recuperar as situações de abandono e isolamento, entre outros; segurança de sobrevivência

através de benefícios continuados e eventuais que assegurem: proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento; pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos (BRASIL, 2004, p.24).

Além disso, a Assistência Social, enquanto política pública, deve se articular de forma intersetorial com outras políticas sociais, particularmente, as públicas de saúde,

educação, cultura, esporte, emprego, habitação, entre outras, promovendo a integralidade das ações e, também, a manutenção ao acesso e à qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, o SUAS vem se consolidando como um dispositivo que exige diálogo constante, especialmente diante do aumento de eventos socioambientais. O impacto desses eventos ocorre principalmente nos grupos mais vulneráveis, exigindo maior atenção e respostas rápidas para a proteção de cidadãos, com foco em crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência (Brasil, 2023).

A Nota Técnica do Conselho Federal de Psicologia - CFP (2016) ressalta que a Psicologia, dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), deve seguir as diretrizes da Portaria nº 90 (2013). Essa portaria orienta a prestação de serviços de proteção a famílias e indivíduos que foram afetados por emergências ou calamidades, prestando apoio àqueles que se encontram desabrigados ou desalojados.

Diante desse cenário, os serviços de saúde tendem a ser cada vez mais exigidos em sua capacidade de compreender as mudanças climáticas como uma das principais ameaças à saúde humana nas próximas décadas. No Brasil, já se observa crescente pressão sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) devido ao aumento de doenças e agravos associados a eventos climáticos extremos. Torna-se, portanto, fundamental estabelecer linhas de cuidado voltadas às populações mais vulneráveis ao clima, fortalecer os mecanismos de vigilância epidemiológica e ambiental, entre outras estratégias necessárias (Brasil, 2024b).

Ainda na perspectiva do cuidado com o público em questão, a instituição da Saúde é relevante, principalmente porque a saúde incorpora um conceito mais abrangente, atualmente, de que “o homem é um ser integral, biopsicossocial e deverá ser atendido com esta visão integral por um sistema de saúde também integral [...]” (BRASIL, 1990, p.05).

Baseado nos preceitos constitucionais, através das propostas da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, o Sistema Único de Saúde – SUS, se norteia por três princípios doutrinários (BRASIL, 1990):

- Universalidade: é a garantia de atenção à saúde por parte do sistema, a todo e qualquer cidadão
- Equidade: é assegurar ações e serviços de todos os níveis de acordo com a complexidade que cada caso requeira, mais o cidadão onde morar, sem privilégios e sem barreiras. Todo cidadão é igual perante o SUS[...].

- Integralidade: [...] cada pessoa é um todo indivisível e integrante de uma comunidade; as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde formam também um todo indivisível e não podem ser compartimentalizadas; as unidades prestadoras de serviço, com seus diversos graus de complexidade, formam também um todo indivisível configurando um sistema capaz de prestar assistência integral (p. 04-05).

A Constituição também legitima as ações de saúde como direito de todos e atribui ao Governo o dever de prover o pleno gozo desse direito. Ressalta-se que o SUS é de caráter público, formado por uma rede de serviços regionalizados, hierarquizados e descentralizados, com direção única de cada esfera de governo e sob controle dos seus usuários.

Segundo a Organização Mundial da Saúde- OMS, entre os anos de 2030 e 2050 a crise climática será responsável por aproximadamente 250 mil mortes adicionais por ano por desnutrição, malária, diarreia e estresse térmico. No caso do Brasil, já se observa uma pressão no Sistema Único de Saúde no que se refere a doenças e agravos ligados a eventos climáticos extremos, à necessidade de estabelecer linhas de cuidado com atenção integral à saúde das pessoas vulneráveis ao clima, à necessidade de fortalecer os mecanismos de vigilância, entre outras situações (Brasil, 2024b).

É fundamental que a Psicologia se vincule às estratégias do Sistema Único de Saúde (SUS) para mitigar os riscos em situações de desastres socioambientais, epidemias e eventos tecnológicos. Conforme a Nota Técnica do Conselho Federal de Psicologia -CFP (2016), a profissão deve participar ativamente no desenvolvimento de planos de saúde mental e na elaboração de protocolos e guias de atenção psicossocial, garantindo um cuidado integral para a população e para os profissionais envolvidos.

Em situações de emergências e desastres, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS) devem ser acionados, em conjunto com a Política de Defesa Civil. Juntos, eles fornecem apoio às comunidades e pessoas atingidas que necessitam de uma atenção diferenciada devido à crise ou emergência que enfrentam, exigindo uma intervenção prioritária do poder público.

A coordenação da assistência em contextos de emergência representa uma das tarefas mais complexas e cruciais de acordo com o Comitê Permanente de interações- IASC (2007). O documento destaca a importância de estabelecer, desde o início da resposta emergencial, um grupo único de coordenação responsável por abordar de forma integrada todos os aspectos relacionados à saúde mental e ao apoio

psicossocial, além de oferecer diretrizes práticas sobre como realizar essa articulação de maneira eficaz.

De acordo com Ferreira Neto (2011), a crescente inserção de psicólogas e psicólogos nas políticas públicas exige uma reflexão contínua sobre os efeitos produzidos por essa atuação. É fundamental estar atento ao risco de psicologizar questões sociais mais amplas, tratando como problemas individuais fenômenos cuja origem está relacionada a processos históricos, sociais e políticos complexos. Diante desse cenário, emerge uma questão fundamental: em que medida os profissionais de Psicologia têm produzido conhecimento e refletido sistematicamente sobre suas práticas em situações de desastre?

3.4. Revisão sistemática da literatura sobre desastres e atenção psicossocial

Com o objetivo de identificar, selecionar, analisar e sintetizar produções acadêmicas relacionadas às práticas do profissional de Psicologia em situações de desastre, com ênfase na atenção psicossocial, realizamos uma revisão sistemática da literatura. Para tanto, inicialmente, foi resgatada a questão de pesquisa que orientou todo o processo deste trabalho: Como ocorre a experiência, enquanto psicóloga(o), em uma situação de desastre? A partir dessa questão, foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão, bem como as estratégias de busca nas bases de dados selecionadas.

As buscas foram realizadas nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), Biblioteca Virtual em Saúde – Fiocruz (BVS-Fiocruz), SciELO e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O acesso às bases ocorreu no mês de dezembro de 2025.

Foram incluídos artigos científicos, teses e dissertações publicados no período de 2020 a 2025, disponíveis integralmente em língua portuguesa e que abordassem diretamente a atuação do profissional de Psicologia em situações de desastre com foco na atenção psicossocial. Foram excluídas produções duplicadas, estudos que não tratavam de desastres naturais ou socioambientais e trabalhos cujo enfoque não estivesse relacionado à atenção psicossocial.

A estratégia de busca utilizou os descritores desastres – ênfase desastres naturais - e atenção psicossocial. Para assegurar a padronização terminológica, realizou-se consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), mantidos pela

Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), garantindo maior precisão e abrangência na recuperação dos estudos. Segundo o DeCS, o termo *desastres* refere-se a eventos que produzem danos significativos, perdas humanas e sofrimento, podendo resultar de fenômenos naturais ou de ações humanas, superando a capacidade de resposta da comunidade afetada. O descritor *desastres naturais* engloba eventos associados a perigos naturais, como enchentes, tempestades, incêndios de grandes proporções, terremotos e secas. O termo *emergências* refere-se a situações que demandam intervenção imediata para prevenir desfechos adversos graves, enquanto *emergências em desastres* dizem respeito ao conjunto de ações, recursos humanos, materiais e procedimentos técnicos necessários para o atendimento imediato em contextos de desastre.

A *atenção psicossocial* é compreendida como um campo de atuação voltado à promoção da recuperação, do bem-estar e da participação comunitária de indivíduos e grupos afetados por sofrimento psíquico, abrangendo práticas de cuidado que consideram os contextos sociais, culturais e territoriais.

No levantamento inicial, a partir do descritor *desastres/ desastres naturais*, foram identificados 151 trabalhos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, 78 no Portal de Periódicos da CAPES, 18 na SciELO, 22 na BVS-Fiocruz e 12 na BVS-Psi.

Observamos, ainda, que embora alguns estudos utilizassem o termo *desastre* de forma genérica nos títulos, a análise dos resumos permitiu identificar que o foco da pesquisa foi sobre *desastres naturais* ou *socioambientais*, sendo essas variações terminológicas consideradas na análise para garantir a inclusão de produções.

Na etapa de análise, buscamos identificar os periódicos e programas de pós-graduação de origem das produções, bem como as áreas do conhecimento envolvidas. Os resultados evidenciaram que os temas relacionados aos *desastres* e à *atenção psicossocial* são investigados predominantemente pelas ciências da saúde, com destaque para a Enfermagem e o Serviço Social, além da Psicologia.

Outro levantamento bibliográfico foi estruturado a partir do cruzamento dos descritores '*desastres*' e '*atenção psicossocial*'. Optou-se por não realizar a busca pelo termo '*atenção psicossocial*' isoladamente, visto que o interesse central da pesquisa reside estritamente na intersecção entre ambos os temas, garantindo assim resultados alinhados ao objetivo principal do estudo do tema das *emergências e desastres*.

Tabela 02.: Descritores 'desastres' e 'atenção psicossocial'

BASE DE DADOS	Total encontrado	Total selecionado
Biblioteca digital de teses e dissertações	03	01
Portal do Capes	09	02
Scielo	10	04
BVS- Fiocruz	03	00
BVS- BVS Psi	03	03
Total	28	10

Com relação aos descritores desastres (naturais) e atenção psicossocial, a partir do levantamento inicial obtido, procedeu-se à leitura de todos os títulos, o que possibilitou a identificação e exclusão das produções duplicadas entre as diferentes bases de dados. Ao final dessa etapa, obteve-se um total de 10 (dez) trabalhos. Em seguida, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão e a leitura dos títulos e resumos, os estudos considerados elegíveis foram selecionados para leitura na íntegra e submetidos à análise qualitativa.

Tabela 03.: Títulos selecionados

Ano	Autor	Título	Objetivos	Resultados
2023a	Manfrini, G. C., Heidemann, I. T. S. B., Costa, F. da S., Silva, H. L. da, & Lopes, S. M. B.	Impactos psicossociais sobre trabalhadores da saúde: narrativas 10 anos após o desastre.	Compreender os impactos psicossociais vivenciados por trabalhadores de saúde após situação de desastre no estado de Santa Catarina, região Sul do Brasil.	Os resultados revelam a importância da promoção da saúde no trabalho e do desenvolvimento de habilidades pessoais, a resiliência frente a situações adversas e a necessidade de educação contínua e permanente.
2023	Silva, B. G. de A., Silva, I. R. da, & Barú, L. F.	O papel do psicólogo frente a situações de desastres	Investigar a atuação do psicólogo frente a situações de desastres. A pesquisa se configurou como qualitativa com	De acordo com os temas abordados pelas participantes, a atuação do psicólogo em desastres é dividida em: pré-desastre, durante o

			delineamento de pesquisa de campo	desastre e pós-desastre, o que dependerá do tipo de evento e condições apresentadas; as vítimas devem receber apoio integral, buscando minimizar os danos gerados pela tragédia. Ressalta-se que não é necessária uma atuação apenas depois que o desastre já ocorreu, mas há, além disso, toda uma preparação no pré desastre em locais que possuem maior propensão ao acontecimento destes eventos
2020	Rafaloski, A. R., Zeferino, M. T., Forgearini, B. A. O., Fernandes, G. C. M., & Menegon, F. A.	Saúde mental das pessoas em situação de desastre natural sob a ótica dos trabalhadores envolvidos.	Compreender a atenção psicossocial às pessoas em situação de desastre no município de Blumenau na ótica dos trabalhadores envolvidos	Evento inesperado com a população desprevenida; Aumento do número de pessoas em sofrimento psíquico e agravamento dos casos já em tratamento; Estratégias atuais do município, discutindo-se os conceitos de crise, trauma e síndrome disruptiva como efeitos à saúde mental nos desastres.
2020	Noal, D. S., Braga, V. M. R., Leal, M. B., Vargas, A. R., & Eliazar, P.	Desastre da Vale: o desafio do cuidado em Saúde Mental e Atenção Psicossocial no	Relatar a experiência da implementação da estratégia de Saúde Mental e Atenção Psicossocial no	Muitos foram os desafios para que o SUS se readaptasse à nova conjuntura, particularmente

		SUS	Sistema Único de Saúde (SUS), considerando os três entes federados, bem como os atores que compuseram a estratégia desde as primeiras horas após o desastre até o final dos primeiros seis meses.	pela combinação dos seguintes fatores: sofrimento intenso e amplitude das perdas socioafetivas vivenciadas; escassez de emprego e recursos financeiros; consequências ambientais ainda pouco mensuradas; e demanda por ressignificação de uma identidade da comunidade residente.
2023b	Manfrini, G. C., Rodrigues, J., Meirelles, B. H. S., Barroso, T. M. M. D. de A., Paim, S. M. S., Ribeiro, E. A. W., & Rosa, M. P. C. da.	Atuação de equipes de saúde na gestão de riscos de desastres	Conhecer as percepções dos profissionais de equipes de atenção primária à saúde e de atenção psicossocial quanto a atuação frente aos impactos psicossociais pós-desastres naturais hidrológicos no sul do Brasil.	A interpretação das narrativas dos casos e suas unidades de análise, compuseram as categorias: 1) Atuação das equipes de saúde nos desastres e 2) Significados culturais e capacitação à redução de riscos e desastres. Foram identificadas demandas de atenção pré-inundação; demandas durante o evento do desastre; e demandas após inundação: cuidado na atenção psicossocial e vigilância do território.
2022	Santos, M. A. de L.	As repercussões psicossociais após o	Compreender as repercussões	Os resultados apontam para um

		rompimento da Barragem de Fundão em Mariana (MG): contribuições para as práticas de saúde mental e atenção psicossocial em situações de desastres	psicossociais junto à população atingida durante a fase de recuperação	contexto de rupturas de vínculos familiares e comunitários a partir do processo de desterritorialização e de vivências de hostilização após a mudança da área rural para a área urbana. O sofrimento psicossocial é manifestado de diferentes formas, considerando a singularidade dos processos de elaboração e enfrentamento diante de tantas perdas. A partir do deslocamento forçado, as perdas das referências territoriais afetam o pertencimento, a identidade e as memórias dessa população. O processo de reassentamento e
2021	Lopes, A. R. S	Memórias coletivas, traumas individuais: as memórias dos desastres socioambientais no Sul de Santa Catarina (1974-2004)	Analisar as memórias coletivas dos entrevistados sobre os mais significativos desastres socioambientais ocorridos no Sul de Santa Catarina de 1974 a 2004.	Narrativa dos entrevistados evidencia a condição de sobreviventes e a constante negociação entre memória e esquecimento na produção da compreensão dos desastres, tidos como de origem natural.
2025	Freitas, C. L. S., & Paiva, F. S.	Desastres socioambientais e sofrimento psicossocial no	Realizar uma revisão integrativa sobre a relação	Os achados evidenciam a intensificação do sofrimento em

		contexto latino-americano: Uma revisão integrativa.	entre território, vulnerabilidade e sofrimentos provocados por desastres socioambientais no contexto latino-americano	decorrência da perda de referenciais afetivos, territoriais e comunitários, além de mostrarem que a pobreza, a violência e as desigualdades ambientais prolongam os prejuízos causados e limitam significativamente as possibilidades de construção de estratégias de enfrentamento.
2024	Noal, D. S., Lacerda, L. F. B., Medeiros, C. P., Santos, R. A., Cardoso, Y. C., Coelho, L. G., & Schmidt, B.	Psicologias indígenas em desastres: construção de linhas de cuidado ao Bem-Viver de povos originários	Abordar o processo de construção de linhas de cuidado ao Bem-Viver dos povos originários afetados, por meio do trabalho colaborativo entre etnias indígenas e equipes de políticas públicas de saúde.	Abordou-se possibilidades e desafios no cuidado ao Bem-Viver na fase de resposta pós-desastres e emergências em saúde pública, com a garantia da especificidade e do protagonismo das comunidades atendidas.
2020	Silva, J. C. B. da, & Menezes, J. de A.	Discursos (Sobre)Viver nos Territórios em Risco da Região Metropolitana do Recife	Compreender os fenômenos socioculturais que envolvem a questão do risco, e suas implicações para os processos de subjetivação das pessoas nos contextos marcados por emergências e desastres.	Os discursos produzidos ressaltaram um território marcado por um sistema de gerenciamentos de riscos deficitário e pouco efetivo, sendo que a pobreza e a dificuldade de acesso a serviços públicos básicos são demandas centrais das pessoas que nele habitam.

				Identificamos também estratégias de resistência, que mesmo fragilizadas, buscam suprir a ausência efetiva do Estado nesses espaços
--	--	--	--	--

A experiência do(a) psicólogo(a) em situações de desastre ocorre em cenários marcados por perdas, rupturas de vínculos, deslocamentos forçados e intensificação de vulnerabilidades sociais. Dessa forma, compreender como se configura essa atuação torna-se fundamental para o aprimoramento das práticas profissionais e das políticas públicas de saúde mental.

Sobre a atuação das/os psicólogas /os, os estudos analisados convergem ao indicar que a experiência em situações de desastre está fundamentalmente vinculada à atenção psicossocial. A atuação ocorre de forma ampliada, ultrapassando o modelo clínico tradicional e envolvendo ações comunitárias, escuta qualificada, apoio emocional e fortalecimento de vínculos sociais (Silva et al., 2023; Rafaloski et al., 2020).

A presença do(a) psicólogo(a) desde as primeiras horas após o evento até o período de recuperação é apontada como essencial para a redução do sofrimento psíquico e para a reorganização subjetiva das pessoas afetadas (Noal et al., 2020). Essa experiência profissional, contudo, é atravessada por desafios relacionados à urgência das demandas e à complexidade dos contextos vivenciados.

Outro aspecto recorrente refere-se à necessidade de articulação entre diferentes setores das políticas públicas. A experiência do(a) psicólogo(a) em desastres é marcada pelo trabalho conjunto com a saúde, a assistência social, a educação e a gestão municipal, sendo essa articulação considerada fundamental para a efetividade das ações (Noal et al., 2020).

Entretanto, estudos apontam lacunas significativas na formação profissional e na operacionalização dos planos de resposta e recuperação, especialmente em contextos de desastres recorrentes. Embora os profissionais reconheçam a importância dos aspectos culturais e comunitários para a resposta, a falta de preparo técnico e

institucional limita a atuação psicossocial no nível comunitário (Manfrini et al., 2023a).

A relação entre território e sofrimento psicossocial aparece como elemento central na experiência do(a) psicólogo(a). A perda de referenciais territoriais, afetivos e comunitários intensifica o sofrimento, sobretudo em contextos marcados por pobreza, desigualdades socioambientais e violência estrutural (Freitas & Paiva, 2025).

Nesse sentido, a atuação psicossocial demanda a compreensão do território como componente essencial do cuidado, exigindo intervenções sensíveis às especificidades locais e às histórias coletivas. Estudos que abordam populações indígenas reforçam a necessidade de práticas interculturais e da construção compartilhada de linhas de cuidado, respeitando os modos de vida e saberes tradicionais (Noal et al., 2024).

Além das populações atingidas, os estudos evidenciam que os próprios trabalhadores da saúde, incluindo psicólogas(os), são afetados emocionalmente pelos desastres. A experiência profissional envolve vivências de estresse, desgaste emocional e necessidade de suporte institucional, destacando a importância da promoção da saúde no trabalho e da educação permanente (Manfrini et al., 2023b).

Ademais, pesquisas que abordam memória coletiva e subjetivação indicam que o trabalho psicológico também contribui para a elaboração simbólica dos desastres, auxiliando na construção de sentidos e narrativas sobre o vivido. A experiência do(a) psicólogo(a), nesse contexto, inclui lidar com processos de lembrança e esquecimento que influenciam a forma como os desastres são compreendidos socialmente (Lopes, 2021; Silva & Menezes, 2020).

A análise dos trabalhos publicados evidencia que a experiência do(a) psicólogo(a) em situações de desastre é marcada por uma atuação complexa, interdisciplinar e territorializada, voltada à atenção psicossocial em diferentes fases do evento. Apesar do reconhecimento da importância da Psicologia nesse campo, persistem desafios relacionados à capacitação profissional, à gestão das ações e à continuidade do cuidado. É fundamental o fortalecimento das políticas públicas de saúde mental, a ampliação da formação específica em Psicologia das Emergências e Desastres e o desenvolvimento de estratégias de acompanhamento longitudinal, considerando as desigualdades sociais e culturais dos territórios afetados.

4. CAMINHO METODOLÓGICO E JUSTIFICATIVA CONTEXTUAL DESTA ESCRITA

“A investigação é cuidado ou cultivo de um território existencial no qual o pesquisador e o pesquisado se encontram.”

(Alvarez & Passos, 2020, p. 144).

Esta dissertação tem como proposta cartografar práticas de intervenção psicossocial em situações de emergências e desastres, analisando seus efeitos para as/os profissionais, as pessoas e as comunidades atendidas. A pesquisa busca identificar como profissionais de Psicologia intervêm nesses contextos críticos, destacando suas estratégias de cuidado, resistência e transformação das realidades vividas pelas populações atingidas.

A metodologia adotada é a cartografia, uma abordagem qualitativa e processual, com base epistemológica no pós-estruturalismo. Essa corrente crítica questiona os modelos rígidos do conhecimento científico tradicional, especialmente a racionalidade cartesiana e o positivismo e propõe novas formas de compreender o sujeito e a realidade. Segundo Peter (2000), o pós-estruturalismo “questiona o cientificismo das ciências humanas, adota uma posição antifundacionalista em termos epistemológicos e enfatiza um certo perspectivismo em questão de interpretação” (p. 39). Ainda para o autor, inspirada nas contribuições filosóficas de Nietzsche e Heidegger, essa abordagem não apresenta uma estrutura fixa ou homogênea, mas acolhe diferentes modos de pensamento e práticas críticas.

Nesta perspectiva, a cartografia, conforme concebida por Deleuze e Guattari (apud Passos, Kastrup & Escóssia, 2020), propõe o acompanhamento de processos e a construção de redes de sentido em constante transformação, no que os autores chamam de rizoma. Nessa lógica, não há uma única entrada ou caminho, mas múltiplas possibilidades que se desenham no próprio processo de investigação.

A pesquisa cartográfica não se limita à descrição de realidades, mas busca intervir nelas. Essa intervenção, no entanto, não é unilateral: todos os envolvidos no processo — pesquisadora, participantes, território — estão implicados nas transformações produzidas ao longo do percurso. Como apontam Passos, Kastrup e Escóssia (2009b), cartografar é estar atento aos movimentos da subjetividade e aos

afetos que emergem nos encontros. Trata-se de uma postura de abertura, sensibilidade e escuta.

Segundo Souza e Francisco (2017), o exercício cartográfico exige o cultivo da atenção e da afetividade. A formação do pesquisador, nesse contexto, está menos relacionada ao acúmulo de conhecimento e mais à capacidade de se deixar afetar pela experiência. A centralidade da experiência implica substituir a lógica tradicional do método (*metá-hódos*) por uma ética do caminhar (*hódos-metá*), em que o percurso se constrói ao longo do fazer.

Os passos para a realização da pesquisa foram fundamentados nas *Pistas do Método da Cartografia*, organizados por Passos, Kastrup e Escóssia (2020). Nesta direção, as pistas metodológicas que orientaram o trabalho de campo realizado, incluem: Pista - adotar a cartografia como prática de pesquisa-intervenção; Pista - habitar territórios existenciais; Pista - Por uma política de narratividade.

Na Pista “A cartografia enquanto método de pesquisa-intervenção” (Passos & Barros, 2009b), propõe a indissociabilidade entre conhecer e intervir, compreendendo toda investigação como um mergulho na experiência. Trata-se de um processo em que teoria e prática se entrelaçam em um mesmo plano de co-emergência, onde o conhecimento se produz a partir do fazer, deslocando o foco da mera observação para o acompanhamento das transformações que ocorrem tanto no objeto quanto no pesquisador e no próprio processo de conhecimento.

Na perspectiva de Deleuze e Guattari (1997), citado por Alvarez & Passos, (2009), o conceito de território não deve ser compreendido a partir de critérios utilitários ou meramente funcionais. Ao contrário, privilegia-se a dimensão simbólica, afetiva e expressiva, em que os sentidos e os modos de existência ganham centralidade. Considerando sua natureza processual, relacional e qualitativa, o que é abordado na Pista “Cartografar é habitar um território existencial”, na qual os autores reforçam essa ideia, usando um estudo sobre o aprendizado da capoeira para ilustrar a necessidade de o cartógrafo imergir no território e em seus significados.

Por fim, a Pista “Por uma política da narratividade”, os autores Passos e Barros (2009a) abordam a escrita de textos de pesquisa, defendendo que a metodologia da cartografia exige uma mudança nas práticas de narrativa. Tanto no campo da pesquisa quanto na prática clínica, lidamos continuamente com narrativas. As informações produzidas por meio de diferentes técnicas — como entrevistas, questionários, grupos

focais ou observação participante — configuram formas narrativas que não apenas descrevem fatos, mas também constroem sentidos e posicionamentos. Esses relatos não são neutros: constituem mediações de uma perspectiva, de um *ethos* narrativo que expressa o lugar de onde se fala e se interpreta.

Desse modo, a forma como os dados são apresentados, analisados e interpretados está atravessada por uma determinada posição narrativa, que permeia toda a produção de conhecimento. Trata-se, portanto, de uma operação que não é apenas técnica ou metodológica, mas também ética e política, na medida em que implica diretamente modos de subjetivação e regimes de verdade.

Na pesquisa-intervenção, foco deste trabalho, as rodas de conversa foram escolhidas como técnica de produção de dados. De acordo com Moura e Lima (2014), a roda de conversa, no contexto da pesquisa narrativa, constitui uma estratégia de produção de dados na qual o pesquisador se insere como sujeito do processo investigativo ao participar ativamente das interações, ao mesmo tempo em que produz material para análise. As autoras destacam que esse instrumento favorece a partilha de experiências e a construção de reflexões sobre as práticas dos sujeitos, por meio de um processo mediado pela interação entre pares, envolvendo diálogos internos, momentos de escuta e um silêncio observador e reflexivo.

As rodas de conversas foram realizadas quinzenalmente, com até duas horas de duração. A princípio, foram planejadas no formato presencial, mas devido à indisponibilidade dos participantes, a maioria dos encontros ocorreu de forma remota.

Realizamos 08 rodas de conversas entre os meses de novembro de 2024 a julho de 2025. O uso do formato virtual foi respaldado pela Resolução nº 09 de 2024 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2024a), que regulamenta o exercício profissional da Psicologia mediado por Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), e pela Portaria SAES/MS nº 2.326/2024, que normatiza a telessaúde no âmbito do SUS (Brasil, 2024a).

As participantes das rodas formaram grupos heterogêneos, com quatro a cinco componentes. Estimou-se uma amostragem de até 10 participantes, selecionadas com base nos seguintes critérios de Inclusão: profissionais com formação em Psicologia que atuam ou atuaram em serviços públicos como Centro de referência de Assistência social-CRAS, Centro de referência especializada em assistência social- CREAS, Estratégia de saúde da família - ESF, policlínicas ou Proteção e Defesa Civil, com

experiência em atenção psicossocial a famílias atingidas por desastres em Recife e região metropolitana. E como critérios de exclusão elencamos: pessoas afetadas diretamente pelos desastres, profissionais de outras áreas (como bombeiros), técnicos sociais e gestores que não possuam formação em Psicologia.

O convite para participar da pesquisa -intervenção foi elaborado através de um card e link (Google forms) de inscrição e enviado para alguns coordenadores de secretarias municipais e diretamente para alguns profissionais. Na primeira chamada, realizada em novembro de 2024, foram 11(onze) inscrições, todas do gênero feminino. Quanto as áreas de atuação, 03(três) trabalham junto ao sistema único de saúde- SUS, 02 (duas) do Sistema único de Assistência social - SUAS e 06(seis) da Política de Proteção e Defesa Civil. Em janeiro de 2025, 03 (três) novas inscrições foram realizadas, 02 (duas) com atuação clínica e uma na área da educação. Foi possível contar com a participação de uma profissional convidada com formação em Psicologia e experiencia na gestão do risco, emergência e desastre. Efetivamente os encontros da roda de conversa aconteceram com 06 (seis) participantes:

Tabela 02: Identificação dos participantes das rodas de conversas.

Identificação	Gênero	Cor/raça	Idade	Formação	Área de atuação
Pesquisadora participante	Feminino	Parda	40 -50 anos	Psicóloga	Social – Terceiro setor
Participante convidada	Feminino	Parda	60-70 anos	Psicóloga	Professora Universitária
Participante de defesa civil de Jaboatão	Feminino	Negra	20-30 anos	Psicóloga	Política pública Defesa civil
Participante da Assistência social	Feminino	Branca	20-30 anos	Psicóloga	Política pública do SUAS
Participante da defesa civil Recife	Feminino	Branca	40-50 anos	Psicóloga	Política pública Defesa civil
Participante da área social	Feminino	Branca	50-60 anos	Psicóloga	Social - Terceiro setor

Aos dias 27 de novembro de 2024, ocorreu o primeiro encontro, no qual foi apresentado o objetivo da pesquisa-intervenção, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o Termo de Compromisso com o sigilo e confidencialidade e o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimento. A roda foi iniciada a partir de pergunta disparadora: “*Como foi sua experiência, enquanto psicóloga/o, em uma situação de emergência?*”, permitindo que os relatos fluíssem de forma espontânea. Os encontros não foram gravados ou filmados, a motivação para não realizar a gravação dos encontros por se configurar, também, como um grupo de cuidado psicossocial. Os registros foram realizados em um diário de bordo, acompanhando os principais conteúdos tratados, os *afetos* e a compreensão sobre a temática de desastres pelas participantes.

Para Barros e Passos (2009b), o diário de campo ou diário de pesquisa é uma textualidade onde a experiência é frequentemente registrada e expressa. Nela, o cartógrafo muitas vezes descobre um caminho metodológico através de um exercício de escrita íntima. O texto com formato de relato pessoal em primeira pessoa com raízes antigas, foi retomado no início do século XIX para auxiliar cientistas que trocavam a segurança dos laboratórios pela pesquisa em campo.

O diário de campo foi utilizado para registrar o processo e afetações durante as rodas de conversas e diálogos com as profissionais. Os registros no diário aconteceram durante e/ou logo depois destas atividades no campo, em forma de breves anotações sobre a experiência.

Em relação aos riscos previstos durante o trabalho de campo, identificamos dificuldades em conciliar os horários dos encontros com as atividades profissionais dos participantes, mesmo com as rodas de conversa acontecendo virtualmente. Além disso, o fato de atuarem em políticas públicas sociais fez com que os períodos de chuva também impactassem a realização dessas rodas.

Durante as rodas de conversa, apesar de serem um espaço de cuidado e atenção psicossocial, não foi necessário realizar encaminhamentos ou registrar ocorrências nesse sentido, indicando que as necessidades foram atendidas dentro do próprio espaço.

Entre os benefícios observados, destacamos a ampliação do conhecimento sobre o tema das emergências e o fortalecimento da atuação psicossocial em contextos

de crise. Adicionalmente, esses encontros fomentaram um valioso espaço de troca, escuta e acolhimento entre os profissionais.

4.1. Cartografia da atuação da(o) profissional de Psicologia nas situações de emergência e desastres

A cartografia, enquanto método de pesquisa-intervenção, propõe um olhar atento aos modos de existência, percursos subjetivos e práticas institucionais em territórios atravessados pelas situações de emergência e desastre. Ao acompanhar os movimentos e *afectos* que emergem desses contextos, buscamos compreender não apenas os impactos psicossociais desses eventos, mas também as estratégias de enfrentamento construídas pelos(as) profissionais que atuam ou atuaram diretamente com as populações atingidas.

De acordo com Passos e Barros, a cartografia, mais do que representar realidades estáticas, acompanha e participa de processos, promovendo intervenções concretas na realidade em vez de apenas interpretá-la. Esse método se caracteriza por montar dispositivos e dissolver perspectivas individualizadas do conhecimento, priorizando a produção coletiva e situada do saber. Além disso, envolve um compromisso ético-político com a transformação de si e do mundo, manifestando-se como uma prática que expressa e acompanha mudanças subjetivas e sociais (2009b).

Nesta seção, apresentamos os registros produzidos a partir das rodas de conversa que foram planejadas como espaços de escuta, elaboração e compartilhamento de experiências, constituindo-se enquanto dispositivos metodológicos e afetivos de atenção psicossocial e cuidado.

27 DE NOVEMBRO DE 2024 | 19H ÀS 20H30M | FORMATO VIRTUAL:

A primeira roda de conversa teve como objetivo inicial apresentar o projeto pesquisa - intervenção. Estavam presentes no grupo (06) seis participantes, duas da defesa civil dos municípios de Recife e de Jaboatão, outras duas, da assistência social e uma participante convidada.

Foi apresentado os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, o de Compromisso e Confidencialidade e o de Autorização de Identificação, todos apresentados e lidos com nossas colaboradoras, bem como os objetivos reiterados. No que tange ao cuidado e proteção das

participantes, foi garantido o sigilo de suas informações, o anonimato. Por se tratar de um trabalho feito de forma remota, foi orientado a manutenção das câmeras abertas para melhor acompanhamento e interação entre as participantes.

Após a realização do contrato grupal que incluiu a não gravação das rodas foi realizado pela profissional convidada uma breve introdução sobre a importância do cuidado e autocuidado para atuar nas emergências e desastres, orientando às participantes para observarem possíveis sinais e sintomas que pudessem emergir ao longo das narrativas sobre as experiências vividas, ressaltando que, caso isto viesse a ocorrer, buscassem, junto à pesquisadora responsável formas de cuidado.

Após a apresentação, as profissionais reagiram com muita alegria e motivação sobre a importância do grupo. Uma das participantes da Defesa civil do Recife falou - *“que temos muita coisa pra falar, mas não temos espaços para falar”* e *“que não aprendeu na formação de Psicologia nenhuma disciplina que fale sobre emergências e desastres”*. A profissional da Assistência social referiu a iniciativa da pesquisa-intervenção como interessante e necessária; relatou que as atividades realizadas através do equipamento social do centro de referência de assistência social- CRAS é de *“-atuação em territórios de muitas vulnerabilidades e que são muitos afetados por desastres”*.

A participante da área de assistência social informou que *“é muito difícil o profissional buscar cuidar de si (contexto de disponibilidade e prioridade) para cuidar do outro”* e que sendo uma gestora de uma unidade, identifica que há outras ameaças para além das situações de desastres, que são as situações de violências, mortes diárias de jovens na periferia, *“a violência também é adoecedora”*.

Ao final foi possível identificar a necessidade de espaço de cuidado do Cuidador, bem como discutir sobre a conceituação de emergência e desastre para a Psicologia. Observamos, também, a necessidade de ampliar o conceito de desastres com os quais estamos “familiarizados”, como os desastres socioambientais, tendo em vista que o grupo apresentou outros cenários, a exemplo do alto índice de violência

contra as pessoas vulnerabilizadas e negras nos territórios urbanos de Recife e região metropolitana.

04 DE DEZEMBRO DE 2024 | 19H ÀS 20H15M | FORMATO VIRTUAL

Na segunda Roda de Conversa estavam presentes no grupo (05) cinco participantes, entre elas duas da Defesa Civil de Recife e Jaboatão dos Guararapes, uma da Assistência Social, a participante convidada e a pesquisadora-participante. Neste encontro foi realizada a apresentação de uma nova participante que foi bem acolhida pelo grupo.

No início foi realizado o resgate de alguns relatos do último encontro, pela pesquisadora-participante, solicitando-se ao grupo falar livremente a partir da pergunta disparadora *“Como se fez a experiência, enquanto psicóloga/o, na situação de emergência?”*.

A participante da Defesa civil de Jaboatão relatou que como técnica social teve dificuldade no começo da atuação de se *“sentir psicóloga na Defesa civil e que confundem (referindo-se aos colegas de trabalho) com as ações da assistência social”*. Informou sobre a ausência de disciplina na formação sobre atuação em emergências e, brevemente, relatou uma experiência de desastre socioambiental na região metropolitana em 2022, quando se percebeu na condição de acolher as famílias afetadas e enlutadas e os profissionais, sentindo-se *“incapaz”* e *“impotente”*. Ainda informou que profissionais da equipe, além de inexperientes, são de outras áreas de atuação que não da defesa civil e que atuaram nos desastres, logo, com muitas dificuldades de execução das demandas apresentadas.

–“os equipamentos públicos pararam (interrompeu momentaneamente as atividades não essenciais) pois toda a estrutura da prefeitura voltou-se para as ações da Defesa Civil. Muitos óbitos e pessoas atingidas, e com tudo isso membros das equipes entraram em crise, só choravam...” - Compartilhou que também sofreu durante as ações no desastre e que, em alguns momentos, foi acolhida pelas pessoas da comunidade afetada.

As participantes estavam emocionadas com o relato de experiência junto ao desastre socioambiental e interagiram com outras experiências nas

situações de emergências e crises. Mais de uma participante verbalizou que o sentimento de *impotência* acompanhou a intervenção diante da dor do outro. A profissional da Assistência social emocionada contribuiu no grupo *“não estava em Recife, quando ocorreu os desastres em 2022, porém até hoje as pessoas das comunidades atingidas falam sobre o ocorrido e fiquei recordando das vezes que me senti impotente quando precisava fazer intervenção nas situações de crise por morte de pacientes na minha atuação em hospital.*

A nova participante da defesa civil do Recife narrou que no início de sua atuação buscou supervisão, leituras e a rede de apoio através de outros profissionais. E orientou não esquecer a psicoterapia, o cuidado físico, com alimentação e *“cuidado espiritual”*. Fez referência à importância de ter tido, durante a formação, uma professora de psicologia social com experiências em emergências e desastres e ter socializado a sua prática.

A participante convidada compartilhou – *“atuei em um acidente aéreo com mais de 150 vítimas, trabalhei dozes dias ininterruptos, precisei retomar a psicoterapia para lidar com tanto sofrimento”*- e diante das falas apresentando casos de situação de crises, orientou que a prática de cuidado em situações de emergência e desastre não se estrutura de acordo com os modelos da psicologia na clínica, mas sim como suporte psicológico.

Nesta roda de conversa todas as participantes estavam bem emocionadas com os relatos das experiências do desastre socioambiental ocorrido em 2022 e pelo resgate de algumas memórias da primeira atuação profissional em situações de desastre que são repletas de medos e incertezas. Os relatos deste encontro fortaleceram um dos objetivos da pesquisa intervenção que é o caráter também de cuidado.

18 DE DEZEMBRO DE 2024 | 19H ÀS 19H30M | FORMATO VIRTUAL:

A terceira Roda de Conversa teve início com a presença de 04 (quatro) participantes no ambiente virtual, porém devido a uma das participantes encontrar-se doente e uma outra com tempo restrito por motivos pessoais, o grupo decidiu adiar a roda de conversa para a terceira quarta-feira de janeiro de 2025, considerando o recesso e feriados de final de ano. A empatia do grupo e a escuta ativa das participantes foram

pontos importantes desse encontro, mesmo com a disponibilidade e o empenho de todos.

15 DE JANEIRO DE 2025 | 19H ÀS 20H | FORMATO VIRTUAL:

Na quarta roda de Conversa estavam presentes no grupo (04) quatro participantes, duas participantes da defesa civil, uma da assistência social e a pesquisadora - participante.

De início foi realizado breve resgate da última roda de conversa considerando a proposta do grupo de retomar o tema dos primeiros atendimentos nas situações de emergência e desastre. Uma das participantes, a da defesa civil de Jaboatão, enfatizou a atuação do profissional de Psicologia de *“ter que gerenciar seus sentimentos, os da equipe, dos familiares das vítimas e dos próprios atingidos”*. Outra participante, da área social narrou sua experiência junto ao desastre socioambiental de 2022, em Recife, no qual solicitou ajuda durante um atendimento, pois não conseguiu *“segurar a emoção”* e que *“não queria externalizar para a pessoa em atendimento”*. O grupo estava de acordo sobre a necessidade de suporte emocional para os/as profissionais que atuam em situações de emergência, considerando que o sofrimento pode ser intensificado nos/nas profissionais que têm pouca experiência e pouco conhecimento sobre a área. Seguiu a discussão sobre as dimensões da experiência e do conhecimento técnico que contribuem para compreender o cenário de crise estabelecido e oferecer uma intervenção mais efetiva e eficaz. Porém, uma das participantes, a da defesa civil do Recife, resgatou a *“dimensão humana”* do/da profissional que estará sempre presente e alertou sobre a atenção com alguns discursos sobre a postura tecnicista. Uma outra participante, a da Assistência social, fez a seguinte questão: - *“Porque estamos sempre validando o sentimento do afetado, mas não validamos o nosso? (se referindo aos profissionais de atenção psicossocial)? E ainda sentimos culpa por apresentar sofrimento”?*- Dando continuidade às narrativas, o grupo foi desenvolvendo a questão do aprendizado e da vivência no campo das emergências e desastres,

ênfatizando que isto se dá como um processo e a importância de buscar priorizar o bem-estar através do autocuidado para conseguir contribuir com o cuidado das pessoas e famílias atingidas por desastres.

Próximo à finalização da roda de conversa, como o tema do encontro permeou o autocuidado e práticas de cuidado foi sugerido, pela pesquisadora participante, a leitura do texto: *Cuidando de si e de seus colegas, da cartilha Primeiros Cuidados Psicológicos: guia para trabalhadores de campo* (OPAS- Organização Pan-Americana da Saúde, 2015).

05 DE FEVEREIRO DE 2025 | A PARTIR DAS 19H | DIÁLOGO POR MENSAGENS TELEFÔNICAS:

Neste dia, da quinta Roda de Conversa, a Defesa Civil Nacional alertou sobre o risco de acumulados de chuvas em vários estados do Nordeste, incluindo Pernambuco, entre os dias 05 e 06 de fevereiro de 2025.

O município de Recife e região metropolitana foi afetada por fortes chuvas acarretando vários transtornos no trânsito e em regiões de morro, ocorrendo alagamentos e deslizamentos de terra em áreas de vulnerabilidade.

Diante do cenário, internet e instabilidade de energia e as demandas de trabalho das profissionais que participam da Roda de conversa, foi adiado o encontro. Porém, a pesquisadora participante realizou contato por ligação telefônica com algumas profissionais, uma delas que atua na área de assistência social, que relatou – “*Pois é, momento difícil que estamos vivendo. [...] A prefeitura abriu alguns abrigos temporários, mas não fui solicitada para trabalhar*”. E finalizou informando sobre a comunidade que acompanha” [...] *Vi que teve deslizamento de barreira com vítimas hoje cedo*”.

Com uma das profissionais que atua na defesa civil de Jaboatão, o diálogo ocorreu no período mais tarde da noite, brevemente, pois estava em atuação “[...] *Verdade. Eu larguei quase agora, cheguei com dificuldade devido aos alagamentos por aqui [...]*”. E continuou falando sobre a

dinâmica do serviço oferecido pela defesa civil municipal “[...] *realmente tá bem corrido, o mês de janeiro e agora com essas chuvas ficou bem agitado meus dias. Desde semana passada.*” Informou sobre a escala de trabalho e a equipe técnica da Defesa civil de sobreaviso devido aos riscos de desastres na região.

A partir da experiência no campo da emergência, foi fundamental compartilhar preocupações com as participantes por meio de mensagens telefônicas. Nosso objetivo era verificar o bem-estar das profissionais e entender como os serviços públicos estão sendo direcionados para os casos de emergência e desastres. Além disso, buscamos compreender as dimensões do trabalho das profissionais na linha de frente, especialmente em situações que, mesmo sem intercorrências graves, exigem alerta e atenção constantes por terem sido oficialmente declaradas como emergência, considerando o cuidado e atenção psicossocial às participantes, ainda que em outro formato.

19 DE FEVEREIRO DE 2025 | 19H ÀS 20H15M | FORMATO VIRTUAL:

A sexta roda de Conversa ocorreu com a presença de (04) quatro participantes, sendo duas da defesa civil de Jaboatão e de Recife, uma da assistência social e a pesquisadora -participante.

As participantes falaram um pouco sobre suas experiências pessoais e profissionais durante as chuvas dos dias 05 e 06 de fevereiro no Recife e região metropolitana. Socializaram as informações sobre as estratégias dos municípios para o enfrentamento das consequências das fortes chuvas, como abertura de abrigos temporários, porém enfatizando a deficiência do alerta de deslizamentos para os moradores de morros. A profissional da Assistência social informou - “abriram (referindo a prefeitura) abrigo pois informaram ameaças de deslizamentos. A comunidade do bairro do Ibura, devido a outras situações de emergência, tem uma organização quando ocorrem os alertas”.

A discussão foi ampliada sobre os desastres socioambientais e a ineficiência do poder público. Continuou contribuindo a profissional de assistência

social- “Nas situações de emergências de chuvas intensas, as comunidades recebem uma mensagem SMS pela Defesa civil municipal, porém as pessoas informaram que a mensagem de alerta ou o comunicado chegou com atraso do evento (chuvas intensas) que já estava ocorrendo”.

Outras experiências de desastres também foram socializadas como acidente de caminhão e incêndio com vítimas fatais. A importância da organização comunitária para evitar as tragédias locais também foi discutido. Deram exemplos de comunidade organizada na região metropolitana do Recife que realizam uma comunicação mais efetiva sobre os riscos de deslizamentos e reconhecem que as comunidades não querem vivenciar, novamente, a situação do desastre socioambiental de 2022, buscando novas estratégias de se organizarem. Ampliaram as características das comunidades atingidas por desastres para além das que vivem em áreas urbanas de Recife e região metropolitana, indicando as peculiaridades das comunidades nas áreas rurais e ribeirinhas com atividades de campo e de pesca. Uma das participantes da defesa civil do Recife resumiu as ideias trazidas pelas demais participantes: *“Sabemos que não é natural a ocorrência dos desastres”*. A participante da área social recordou para o grupo - *“as comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica vivenciam várias situações de emergências e crise, entre elas a violência urbana”*. A participante da defesa civil de Jaboatão compartilha outras dimensões de emergências e desastres –*“além das chuvas que caíram nestes dias, o trabalho na Defesa civil foi intenso, pois também atendemos situação de incêndio que acometeu uma comunidade, com um óbito, e deslocamento de pessoas do local”*.

O grupo seguiu o diálogo de algumas consequências do desastre socioambiental que acometeu Recife e região metropolitana 2022, surgiu na roda de conversa o tema do desastre do Rio Grande do Sul, em maio de 2024 e sua dimensão no aspecto territorial, de pessoas atingidas e mobilização e articulação para ajuda humanitária.

Logo em seguida deu-se início ao debate sobre a contribuição da Psicologia nas situações de emergências e desastres e a pesquisadora-participante indicou alguns documentos publicados pelo Conselho Federal de Psicologia- CFP, momento em que a participante da assistência social

questionou - “*Qual leitura começo?*”. Foi indicado a Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres (CREPOP, 2021).

Seguiu-se para a finalização do encontro, permeado pela ampliação do conhecimento sobre emergências e desastres, inclusive sobre o próprio conceito de desastre, a atuação da Psicologia e as intervenções comunitárias. Foi feita outra indicação de leitura da cartilha - *mudanças climáticas para profissionais da saúde guia de bolso* (Ministério da Saúde, 2024).

19 DE MARÇO DE 2025 | 19H30 ÀS 20H15M | FORMATO VIRTUAL:

A sétima Roda de Conversa ocorreu com a presença de (04) quatro participantes, sendo duas da defesa civil de Jaboatão e de Recife, uma da assistência social e a pesquisadora -participante.

As participantes, após dividirem o sentimento e estados de bem-estar, naquele momento, resgataram brevemente o último encontro com a socialização de documentos e a importância de acessar as informações. As profissionais, inclusive, compartilharam que a área de defesa civil tem muitos desafios. A profissional da área social relatou- “*o trabalho na área da defesa civil mais difícil que tive ! devido a ineficiência do poder público, não se consegue realizar um trabalho preventivo com as comunidades para que os desastre não aconteçam e também tem a inexperiência e desinformação dos profissionais sobre o conceito de desastres*”.

A profissional da área de Assistência social narrou sua surpresa com a leitura dos documentos e as descobertas -“*que os grandes afetados pelos desastres são as pessoas atendidas pelo SUAS*”, ou seja, em situação de vulnerabilidade social. No transcorrer da roda de conversa iniciou-se um debate sobre o conceito em desastre e a sua relação com risco e vulnerabilidades. Alguns exemplos de desastres foram citados e analisados pelas participantes, considerando os fatores indicados e, para além disso, o território e suas especificidades. Contribuindo com o diálogo a participante da defesa civil do Recife resgatou alguns desastres ocorridos no Brasil

como o deslizamento ocorrido em Petrópolis no Rio de Janeiro em 2011 – *“e são vários exemplos de desastres ocorridos em Pernambuco para além dos eventos naturais, como o alto índice de mortalidade por suicídio no município de Petrolândia e Itacuruba”*.

Em seguida a participante profissional da assistência social relatou uma experiência pessoal - *“morava na cidadezinha da Bahia, área rural, no período da estiagem quando chovia ficávamos felizes. Hoje moro em Recife, tenho sinais e sintomas de ansiedade devido à chuva. Me pergunto: o que vai acontecer?”* O debate foi finalizado com uma reflexão grupal sobre as várias vulnerabilidades, inclusive a ausência de conhecimento sobre a temática emergência e desastre. Seguiu o debate sobre a perspectiva de prevenção de desastre, a profissional da defesa civil de Jaboatão socializou a experiência com uma comunidade na área rural – *“as comunidades na área rural também sofrem os impactos das mudanças climáticas, estamos ajudando a organizar um núcleo de proteção e defesa civil comunitária- Nupedec, pois muitas vezes não sabem como se protegerem das situações de desastres. Existe a vulnerabilidade por falta de conhecimento”*. A percepção de risco é importante para vários públicos, sejam em áreas urbanas e rurais e as especificidades dos desastres quando afetam esses públicos, a exemplo de desastre do derramamento de óleo no litoral sul de Alagoas e Pernambuco, em 2021 e os impactos na vida dos pescadores e pescadoras além do bioma local.

O encontro deixou expresso o quão crucial é aprofundar a discussão sobre a definição de desastre entre os profissionais de psicologia. Além disso, sublinhou a importância de identificar as diversas dimensões do tema, partindo das suas respectivas áreas de atuação. Dessa forma, o encontro foi capaz de romper com o fluxo do automatismo da técnica e repensar sobre o objeto de muito das nossas ações, o cenário de desastre.

02 DE ABRIL DE 2025 | 19H30 ÀS 20H15M | FORMATO VIRTUAL:

A oitava roda de conversa não foi realizada por demandas pessoais das participantes do grupo.

Porém, ocorreu uma breve conversa com a participante da defesa civil de Jaboatão que compartilhou sobre seu cotidiano profissional de contribuir com o acolhimento de novos profissionais concursados para compor a área de defesa civil do município. Os membros da equipe anterior se afastaram por justificativa médica e saúde mental. O *“desastre de 2022 foi um choque muito grande, muitos profissionais foram para junta médica devido a atividade na emergência ser adoecedor”*. Completa que muitos profissionais renunciaram à estabilidade oferecida pelo concurso público devido a diversos fatores críticos de trabalho como a precariedade das condições de atuação, a ausência de acompanhamento adequado, os baixos salários e a falta de formações específicas e de qualidade. As consequências da atuação na área da emergência e desastres acarretaram problemas de saúde e no uso de drogas psicoativas.

A disponibilidade da pesquisadora participante proporcionou um importante momento de acolhimento para as inquietações das profissionais. Nesse contexto, reforçamos a relevância do psicólogo na equipe dos serviços públicos e sua contribuição para identificar situações de adoecimento, além de orientar sobre a busca por cuidado e autocuidado.

07 DE MAIO DE 2025 | 19H30 ÀS 20H30M | FORMATO VIRTUAL:

A nona Roda de Conversa contou com a presença de quatro participantes: duas representantes da Defesa Civil de Recife e Jaboatão, uma da Assistência Social e a pesquisadora-participante.

O encontro começou com a proposta de criar um grupo de WhatsApp. O objetivo é compartilhar informações sobre materiais, eventos e vagas de emprego na área de emergências e desastres. A participante da Assistência Social abordou a situação de emergência de um prédio-caixão em um complexo habitacional popular no município Jaboatão dos Guararapes (notícia veiculada na mídia). Ela acompanha as famílias envolvidas e informou ao grupo que *“o conhecimento sobre o risco por parte da síndica colaborou para evitar um desastre”*, referindo-se à consciência da

comunidade sobre a falta de manutenção do prédio. As participantes concordaram e enfatizaram que o conhecimento da comunidade sobre um problema é essencial para buscar soluções e prevenir desastres.

A participante da Defesa Civil de Recife complementou, mencionando que as pessoas já haviam saído do local antes do acidente. Ela ressaltou que *"ações preventivas são necessárias e há ausência de monitoramento das situações que já estão críticas"*. As participantes discutiram a situação das moradias populares, apontando a irresponsabilidade dos setores públicos em relação a moradias coletivas, o que frequentemente aumenta as vulnerabilidades.

A profissional da Assistência Social também abordou o risco de vida e o local de moradia das pessoas *"em risco muitas vezes não têm rede de apoio e, em caso de desastre, precisam de abrigos públicos"*. Discutiu-se a habitação como direito e a relação subjetiva das pessoas com suas casas. A representante da Defesa Civil de Recife reforçou a questão afetiva ligada ao lar. Houve um consenso sobre a importância do profissional de psicologia para um olhar mais humano, que vá além da perspectiva de emergência e prevenção de desastres. As participantes compartilharam situações de risco pessoal que identificaram em suas próprias vidas, com uma delas relatando a experiência de morar em uma casa com rachaduras.

A profissional da Defesa Civil de Recife também mencionou os sofrimentos que as famílias enfrentam antes e depois dos desastres e a dificuldade de sensibilizá-las sobre os riscos. Destacou-se o papel dos profissionais de psicologia no trabalho do luto, da perda das moradias e no suporte emocional.

A discussão final do grupo foi em torno do território, tanto em seu aspecto geográfico quanto simbólico, englobando tudo que envolve o território existencial, a rede de apoio local e a psicologia ambiental.

04 DE JUNHO DE 2025 | 19H30 ÀS 20H30M | FORMATO VIRTUAL:

O décimo Encontro não seguiu o formato de roda de conversa. Contou com a presença de duas participantes: a profissional da Defesa Civil de Jaboatão e a pesquisadora-participante, que estava em atuação no território de Maceió, Alagoas.

O diálogo se focou em perguntas sobre o cenário do desastre socioambiental em Maceió e a forma como as intervenções são realizadas junto às famílias. A pesquisadora-participante apresentou o projeto em andamento, cujo objetivo é contribuir com a organização comunitária e, a partir do protagonismo dos coletivos afetados, reparar os danos extrapatrimoniais.

Ao final da conversa foram encaminhados os próximos passos da iniciativa, entre elas, a coleta de contribuições sobre a experiência das rodas de conversa através de um formulário no Google forms (caso não haja um encontro presencial), a produção de material para apresentação, a participação em congressos (ULAPSI e Psicologia Ciência e Profissão) e a discussão sobre a Comissão de Emergência e Desastre, em Pernambuco, pelo Conselho Regional Psicologia de PE.

02/07/2025- 19H30 ÀS 21H, FORMATO VIRTUAL.

No décimo primeiro encontro, as seis participantes se reuniram para uma roda de conversa bastante significativa: duas da Defesa Civil Municipal de Jaboatão e Recife, uma da Assistência Social, uma participante da área social, a pesquisadora-participante e uma participante convidada.

Considerando a intensidade dos encontros e as questões pessoais que emergiram, o grupo concordou em dedicar o momento a uma reflexão sobre os encontros. A profissional da Defesa Civil de Jaboatão iniciou, destacando a relevância do espaço não só para o desenvolvimento profissional, mas também para "*dividir angústias*" – um ponto ecoado por todas. A da Assistência Social expressou sua satisfação com a experiência, valorizando a rica "*troca de conteúdos teóricos e práticos da psicologia*" e como o ambiente "*acolheu as angústias sobre o desconhecido*".

A profissional convidada trouxe uma perspectiva crucial: a negação da temática (emergência e desastre) por muitos profissionais. Ela compartilha sua luta para inserir a "*intervenção em crise*" na formação em psicologia, mas ressalta que as "*intervenções em emergências e desastres*" vão além, englobando o vital "*cuidar de quem cuida*".

Para a representante da Defesa Civil de Recife, o encontro foi um sopro de renovação e um "*espaço de cuidado*". Ela lembrou que, como aluna da participante convidada, só compreendeu a profundidade da psicologia da aviação, emergências e desastres ao ouvir as experiências profissionais de suas colegas. A partilha de angústias na atuação foi um ponto alto, levando à reflexão: "*como manter o grupo de cuidado?*". Ela também expressou seu apreço pela psicologia ambiental, lamentando a pouca oportunidade de discuti-la.

A participante convidada, por sua vez, sublinhou passos essenciais. A formação emerge como pilar, pois a falta de preparo intensifica a vulnerabilidade em campo. Compreender as dimensões do desastre, a jornada profissional e o autocuidado são igualmente vitais. O apoio pessoal é fundamental, e o "*saber como fazer*" pode aliviar um sofrimento imenso.

Uma questão premente, segundo ela, é a necessidade de a categoria pressionar por concursos públicos para os serviços de proteção e defesa civil. A pergunta "*E como a gente faz?*" ecoa na urgência da situação. Enfatizou que embora o Brasil mostre avanços, eles são lentos comparados à América Latina, especialmente diante dos crescentes desastres e das vulnerabilidades de gênero e étnico-raciais. Há uma imensa carga de sofrimento humano associada aos contextos culturais e sociais que moldam as vidas das pessoas.

É imperativa a ação política dos profissionais para garantir o bem-estar dos mais vulneráveis. A lacuna na formação atual é observada como uma limitação que impacta diretamente essa capacidade de atuação. Entre os meses de novembro de 2024 a julho de 2025 foram proporcionados 11(once) momentos de cuidado e atenção psicossocial para profissionais de psicologia, favorecendo um campo de encontro entre saberes e práticas, reconhecendo o lugar de fala dessas profissionais e valorizando

suas narrativas como expressão legítima de um saber que se constrói na vivência e na resistência cotidiana frente ao sofrimento social. Este percurso analítico e afetivo pretende não apenas visibilizar a atuação da psicologia em contextos das emergências, mas, também, contribuir para o fortalecimento das redes de apoio e para a formação nesse campo, ainda em consolidação.

4.2. Aspectos das narrativas em contextos de emergências e desastres.

Nesta seção, são apresentados os principais aspectos do conteúdo das narrativas de participantes que atuam em contextos de emergência e desastres. O objetivo é compreender como são construídas suas estratégias de atuação, os significados atribuídos às práticas de cuidado e as dimensões coletivas do exercício profissional em situações emergenciais.

A escolha pela análise de narrativas justifica-se por permitir o acesso não apenas ao conteúdo das ações, mas também à forma como as profissionais significam sua prática, suas dificuldades, afetos e aprendizagens. Com base na análise das narrativas, o texto está organizado em três dimensões principais: formação, técnica e cuidado. Um tema recorrente nas rodas de conversa *foi o questionamento sobre a formação dos profissionais de Psicologia, especialmente quanto à ausência de temas contemporâneos, como emergências e desastres nos currículos.*

A formação da(o) psicóloga(o) brasileira(o) tem sido alvo de debate e reflexão há tempos, na busca constante por qualificação teórica, metodológica, ética e técnica, bem como pela atualização desse processo, segundo a revisão de diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, organizada pelo Conselho Federal de Psicologia-CFP, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia-ABEP e Federação Nacional dos Psicólogos-FNP (CFP et al, 2018). Contudo, esse modelo formativo tem sido questionado ao longo do tempo. A necessidade de mudanças nas orientações que regulam a formação se acentuou devido a fatores como as críticas ao elitismo da Psicologia, as mudanças sociais, a abertura democrática e a inserção de profissionais em novos campos de atuação, especialmente nas políticas públicas.

Nesse contexto, Francisco (2012) levanta um questionamento essencial sobre a estrutura curricular:

“Poderíamos recolocar a questão em outros termos - o problema estaria na falta de oferta de disciplinas ou numa falta de articulação entre elas?

Não se trataria de apresentar as disciplinas em sua organicidade, de modo que a multiplicidade pudesse ser vista de forma não fragmentária, mas complementar?” (p. 61).

A formação dos profissionais é, em grande parte, alicerçada por epistemologias da ciência moderna, generalizantes e elitistas. Além disso, ela se baseia na transmissão de uma ciência e de uma profissão que estão integradas ao ambiente universitário e são direcionadas por seus projetos pedagógicos. Esse perfil formativo levava o acadêmico a considerar os saberes da psicologia como suficientes, gerando uma prática intransigente e limitada para atender as demandas da sociedade (De Luiz & de Sousa, 2022).

As narrativas das profissionais indicam uma lacuna na formação que limita a atuação em situações de emergência. Essa fragilidade precisa ser superada, e a discussão em grupo *emerge como uma forma de preencher essa lacuna, permitindo que as profissionais identifiquem diversas dimensões do tema e as relacionem com suas áreas de atuação*. Isso reforça a necessidade de aprofundar a discussão sobre a definição de desastre e adotar um posicionamento político que vá além do conhecimento técnico.

Segundo o Comitê Permanente entre Agências (IASC, 2007), as equipes envolvidas em emergências devem ser adequadamente preparadas para suas funções e para as condições do cenário de atuação, incluindo orientações claras sobre tarefas, aspectos ambientais e de segurança, bem como o contexto sociocultural e histórico da população afetada.

Além disso, é fundamental o treinamento sobre proteção, segurança, estratégias de enfrentamento ao estresse e o suporte psicossocial, com equipes de gestão experientes. De Luiz e de Sousa (2022) ressaltam que a formação deve proporcionar ao estudante a experiência de diferentes nuances e construtos da realidade, desenvolvendo habilidades práticas.

Conforme estabelece o Código de Ética da profissão, a psicóloga e o psicólogo devem cumprir suas responsabilidades e compromissos com a promoção da cidadania, realizando uma análise crítica e histórica da realidade política, econômica, social e cultural. Isso inclui a avaliação das relações de poder que perpassam os processos de intervenção e as condições em que a profissão é exercida. Essa postura ético-política, por sua vez, contribui para a universalização do acesso da população aos

conhecimentos psicológicos e aos serviços da profissão, mantendo padrões técnicos e éticos elevados. (CFP et al. 2018)

A dimensão técnica também é enfatizada nas narrativas como um aspecto que precisa ser repensado. *Em vez da simples aplicação de protocolos, os relatos demonstram que os encontros profissionais proporcionaram reflexões profundas sobre o objeto de trabalho — o cenário de desastre e suas especificidades. A experiência em campo evidencia que as técnicas utilizadas devem ser adaptadas às circunstâncias, buscando sempre a eficiência e o bem-estar dos profissionais envolvidos.*

Stamato e Santos (2024) destacam que a atuação do psicólogo nas políticas públicas — em áreas como saúde coletiva, educação e assistência social — exige uma constante revisão da formação acadêmica. Tal prática profissional demanda uma consciência crítica sobre o papel social e político das instituições, favorecendo a integração de diferentes saberes e a reconstrução de conceitos, especialmente acentuada durante o contexto pandêmico.

Em situações de desastre, é papel das(os) psicólogas(os) colaborar no monitoramento de acidentes de trabalho e apoiar as equipes responsáveis pelo registro de todos(as) os(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) — formais ou informais, incluindo voluntários(as) — que atuaram em operações de resgate, salvamento, recuperação e atendimento às vítimas, especialmente aqueles expostos direta ou potencialmente ao evento crítico. Além disso, cabe à Psicologia o acompanhamento e atendimento desses(as) trabalhadores(as), considerando os impactos emocionais e físicos causados pelo desastre (CFP, 2016).

De acordo com Francisco (2012), o psicólogo atua em uma ampla variedade de contextos e, portanto, necessita reconfigurar seu perfil e repensar seus fundamentos teóricos e técnicos. A capacidade de problematizar as situações vividas, aliada a uma formação sólida e a uma prática interdisciplinar, é essencial para o desenvolvimento de ações eficazes de escuta e acolhimento.

As condições de trabalho dos(as) profissionais, articuladas à formação em Psicologia, apontam para um tripé indissociável que sustenta a prática da profissão, a qualificação teórico-metodológica, ética e técnica, e da atualização desse processo. A construção de mecanismos efetivos de discussão coletiva tende a favorecer avanços

significativos para a Psicologia, tanto como ciência quanto como profissão, beneficiando também a sociedade em geral (CFP et al., 2018).

Profissionais atuantes em contextos de emergência enfrentam, com frequência, jornadas exaustivas sob pressão constante e, em muitos casos, em ambientes que apresentam riscos à sua segurança. A ausência de apoio organizacional e administrativo é relatada por diversos trabalhadores humanitários como um dos principais fatores de estresse. Ademais, o contato contínuo com situações de sofrimento extremo e vulnerabilidade humana compromete significativamente a saúde mental e o bem-estar desses(as) profissionais, sejam contratados(as) ou voluntários(as), nacionais ou internacionais (IASC, 2007).

A dimensão do cuidado aparece de forma central nas narrativas analisadas, *abordando tanto o cuidado com o outro quanto o autocuidado dos(as) profissionais. O próprio encontro (referências às rodas de conversas) é descrito como um espaço de cuidado, reforçando a necessidade de ambientes de acolhimento para aqueles(as) que atuam em situações de emergência.*

Greenstone (2008, como citado em Franco, 2015) ressalta que as ações psicológicas nesses contextos precisam ser fundamentadas tanto na formação profissional quanto no autocuidado. Segundo o autor, o(a) psicólogo(a) que atua em emergências não pode ignorar sua própria humanidade, pois o sofrimento humano o(a) atravessa. Quando esse impacto não é adequadamente trabalhado, há risco de adoecimento psíquico. Por essa razão, o trabalho psicológico em emergências exige treinamento específico.

Franco (2015) destaca a necessidade de uma formação profissional especializada para atuar nesse campo, uma vez que a formação generalista ainda não contempla, de forma consistente, essa modalidade de atuação. O preparo necessário envolve tanto a disponibilidade integral do(a) profissional quanto a capacidade de atuar sob forte carga emocional. Nesse tipo de incidente, as emoções são intensas e se manifestam em dois níveis: no coletivo — com os envolvidos e a população em geral — e no nível individual, afetando o(a) psicólogo(a) diretamente.

A reflexão sobre o autocuidado reforça a ideia de que afetar e ser afetado implica também em cuidar. Francisco (2012) argumenta que o(a) psicólogo(a), como sujeito histórico e ator social, deve se posicionar frente aos acontecimentos que o(a) interpelam, buscando parcerias e ações coletivas para enfrentar o sofrimento social.

Isso implica reconhecer a si mesmo(a) como parte da realidade que se deseja transformar.

Nesse sentido, a atuação da Psicologia em contextos de desastres deve incluir o cuidado com a saúde dos(as) profissionais envolvidos(as) na resposta a essas situações — como bombeiros, profissionais da saúde, da segurança pública e da defesa civil. Para isso, é essencial que os serviços de Psicologia elaborem planos de gestão de recursos humanos com foco na saúde mental e no apoio psicossocial contínuo dessas equipes. Além disso, destaca-se a importância de que os(as) próprios(as) psicólogos(as) se cuidem e cuidem de suas equipes, considerando o impacto emocional vivenciado nesses cenários críticos.

Nos casos em que houver acidentes de trabalho relacionados ao desastre, deve-se encaminhar os(as) trabalhadores(as) ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) do município e providenciar a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), conforme recomendação do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2016).

Oferecer apoio psicossocial às equipes que atuam em contextos de crise constitui uma responsabilidade ética, moral e institucional das organizações. Tal apoio é fundamental para preservar o bem-estar de trabalhadores(as) expostos(as) a condições extremas. Para garantir a eficácia organizacional, é necessário que os(as) gestores(as) adotem uma abordagem sistêmica e integrada de cuidado, contemplando desde o planejamento prévio até o acompanhamento pós-missão. Entre as estratégias recomendadas estão: o planejamento de proteção da equipe, a preparação para o contexto emergencial, a promoção de ambientes de trabalho saudáveis, a gestão de fatores estressores, o acesso a serviços de saúde mental e o suporte a profissionais afetados por eventos críticos (IASC, 2007).

As narrativas revelam que a formação em Psicologia não prepara adequadamente para atuar em situações de emergência e desastre, sendo essa uma crítica recorrente. Questões como emergências, desastres, saúde coletiva e contextos de vulnerabilidade são pouco abordadas nos currículos. O ensino continua pautado em epistemologias tradicionais e pouco articuladas com as realidades sociais emergentes. A atuação exige saberes diversos e integrados, apontando a necessidade de repensar os fundamentos teóricos e metodológicos dos cursos de Psicologia.

A experiência em campo mostra que não basta aplicar protocolos; é necessário adaptá-los ao contexto do desastre, considerar o território em que as pessoas vivem. A técnica deve ser compreendida de forma crítica e articulada com o cenário, o sofrimento e as especificidades locais. O trabalho em emergências exige treinamento específico, tanto em habilidades técnicas quanto em aspectos de segurança e contexto sociocultural. A atuação em desastres conecta a Psicologia a campos como saúde, assistência social e defesa civil, exigindo compreensão política e social.

Tanto o cuidado com os(as) afetados(as) quanto com os(as) próprios(as) profissionais é recorrente nas narrativas. O impacto emocional dos profissionais que atuam neste campo é reconhecido e o autocuidado aparece como uma estratégia essencial para evitar o adoecimento. Rodas de conversa e encontros entre profissionais são vistos como formas importantes de cuidado e fortalecimento. E as organizações devem garantir suporte psicossocial às equipes, desde o planejamento até o pós-crise, para preservar sua saúde mental.

5. A CONSTRUÇÃO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES

As pessoas atingidas por desastres podem apresentar reações emocionais variadas, conforme suas vivências e a fase do desastre em que se encontram. Essas fases são classificadas, segundo Ocampo (2006), como: (1) pré-impacto, que envolve uma ameaça, advertência ou alerta, sendo a preparação essencial; (2) impacto, que é o momento em que o fenômeno ocorre, exigindo que equipes e comunidades estejam organizadas; e (3) pós-impacto, que é o período de instalação do desastre, de duração imprevisível.

Segundo o Inter-Agency Standing Committee (IASC, 2007), as emergências impactam significativamente a saúde mental e o bem-estar psicossocial, afetando indivíduos, famílias e comunidades. Tais situações fragilizam redes de apoio, ampliam riscos e agravam problemas sociais preexistentes, como desigualdade e pobreza. A resposta humanitária, portanto, deve considerar a interconexão entre fatores sociais e psicológicos.

Os problemas sociais incluem tanto condições pré-existentes (como pobreza e discriminação), quanto fatores decorrentes da emergência (como separações familiares e destruição de comunidades), além de dificuldades criadas pela própria assistência (como o enfraquecimento das estruturas comunitárias de apoio). Já os problemas psicológicos abrangem desde transtornos mentais graves preexistentes até condições causadas pela emergência (como depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático -TEPT) e aquelas associadas à assistência (como ansiedade gerada pela ausência de informações claras).

O estresse persistente decorrente de dificuldades econômicas ou do deslocamento forçado pode contribuir significativamente para o sofrimento psíquico e o adoecimento mental, sendo a ansiedade e a depressão os quadros mais comuns associados a esse contexto. Tais condições representam uma carga expressiva para a população em geral e estão relacionadas ao aumento do risco para outros transtornos mentais.

Além disso, os impactos psicossociais de eventos climáticos extremos acarretam consequências sociais e financeiras substanciais, podendo comprometer a saúde mental e favorecer comportamentos prejudiciais, como o abuso de álcool e outras substâncias. Em casos extremos, tais impactos podem resultar em ideação ou

tentativa de suicídio. Entre os fatores psicossociais agravados pelas mudanças climáticas, destacam-se a perda de emprego, a redução da renda familiar, a dificuldade de acesso a alimentos e serviços de saúde, bem como o deslocamento forçado. Quando o mundo do trabalho é afetado por esses fenômenos, há também o risco de surgimento ou agravamento de transtornos mentais ocupacionais (Brasil, 2024b).

As(os) psicólogas(os) inseridos nas políticas públicas deverão planejar ações de curto, médio e longo prazos, visando reduzir riscos e vulnerabilidades e preparar as comunidades para o enfrentamento de emergências. Segundo Ocampo (2006), os objetivos da intervenção psicológica em desastres incluem: Aliviar o sofrimento por meio de atendimentos individuais e grupais; restaurar a capacidade dos afetados de enfrentarem o estresse; promover vínculos sociais e familiares; integrar-se com equipes interdisciplinares; criar grupos de suporte comunitário focados em prevenção e promoção da saúde mental.

De acordo com o IASC (2007), o apoio psicossocial deve ser estruturado em quatro níveis, representados em forma de pirâmide de intervenções para os serviços de saúde mental e apoio psicossocial em emergências:

Figura 01.



- a) Serviços básicos e segurança: cuidados fundamentais como alimentação, abrigo, saúde e proteção, com orientação psicossocial indireta.
- b) Apoio comunitário e familiar: fortalecimento de redes sociais por meio de atividades educacionais, de luto e subsistência.
- c) Apoios não especializados: aplicação de Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP) por profissionais treinados, mas não especialistas.
- d) Serviços especializados: atendimento psicológico e psiquiátrico para pessoas com sofrimento intenso, incluindo encaminhamentos e supervisão clínica.

Os profissionais da área da saúde, segundo o Ministério da Saúde (2024), desempenham um papel estratégico na proteção da saúde frente aos efeitos das mudanças climáticas. Para isso, é essencial que estejam capacitados a identificar agravos relacionados ao clima, reconhecer efeitos adversos de medicamentos que possam agravar essas condições e adaptar as condutas clínicas com base nos riscos ampliados — como maior atenção à hidratação, controle térmico, alimentação e monitoramento contínuo.

Além disso, recomenda-se que esses profissionais estejam atentos a alertas de eventos climáticos extremos e previsões epidemiológicas associadas, adotando medidas preparatórias adequadas. É igualmente importante reconhecer grupos populacionais mais expostos ou vulneráveis às alterações climáticas, oferecendo orientações preventivas e mitigadoras, bem como garantir a continuidade dos serviços durante crises ambientais. Por fim, destaca-se a importância da participação em programas de educação continuada voltados à compreensão da relação entre mudanças climáticas e saúde.

A atuação da Psicologia em contextos de emergências e desastres tem evoluído, acompanhando a formulação de estratégias de cuidado em saúde mental e atenção psicossocial em territórios afetados por adversidades. Busca-se, também, atender às demandas de populações vulnerabilizadas por meio de ações voltadas à mitigação, prevenção e preparação para desastres.

Para compreender a configuração atual dessas práticas, torna-se fundamental retomar a trajetória dos estudos voltados às intervenções diante dos impactos emocionais decorrentes de situações de emergência. O primeiro estudo conhecido sobre os impactos emocionais em desastres foi conduzido por Stierlin (1909), que analisou acidentes em minas, trens e embarcações nos Estados Unidos. Em seguida, Prince (1920), em Halifax, Canadá, investigou os efeitos de explosões e desastres marítimos. Já Lindemann (1944) conduziu uma intervenção pós-desastre, avaliando as respostas psicológicas de sobreviventes do incêndio em uma boate em Boston, que vitimou mais de 400 pessoas (Coelho, 2006).

Outros eventos marcaram o avanço da área: o terremoto de Skopje, na Iugoslávia (1963); o holocausto nuclear de Hiroshima (estudado em 1967); e as enchentes em Buffalo Creek, também em 1967, que evidenciaram a necessidade de atenção psicológica às populações afetadas.

Do ponto de vista institucional, a atuação da Psicologia ganhou respaldo formal com a criação, em 1974, da primeira legislação sobre atuação em desastres pelo Instituto de Saúde Mental do Departamento de Saúde dos Estados Unidos. A norma previa acompanhamento psicológico por tempo indeterminado para todas as pessoas afetadas (Benevides, como citado em Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP], 2021).

Na América Latina, a atenção psicológica a desastres estruturou-se após os furacões George e Mitch, em 1998, com a criação do Centro de Informação sobre Desastres (CRID), voltado à saúde mental e ao apoio psicossocial. Em El Salvador, o conceito de atenção em saúde mental para vítimas de terremotos foi introduzido em 2001 (Ocampo, 2006).

Conforme o CREPOP (2021), nos anos 1960 e 1970, a Psicologia concentrava suas análises em reações psicopatológicas individuais, adotando amplamente o conceito de TEPT- Transtorno de Estresse Pós-traumático. como principal referência. Posteriormente, incluiu-se, também, o estudo de comorbidades como abuso de substâncias, fobias, ataques de pânico, depressão e transtornos maníacos.

No entanto, observa-se uma mudança de paradigma: a Psicologia dos Desastres passou a adotar uma perspectiva preventiva e promotora de saúde, com ações nos níveis individual, familiar, social e organizacional (Coelho, 2006). Em razão disso, o termo "Psicologia de Emergências e Desastres" passou a ser substituído por "Psicologia da Gestão de Riscos e Desastres", a fim de abranger a diversidade das intervenções e políticas públicas (Molina, 2006; CEPED, 2010).

Essa mudança conceitual repercute diretamente na forma como se compreende a atuação das(os) profissionais de Psicologia, uma vez que as intervenções em situações de emergência e desastre deixam de se restringir a ações pontuais e passam a ser estruturadas no âmbito dos equipamentos das políticas públicas. Dessa maneira, a prática psicológica se insere em uma lógica intersetorial, articulada às redes institucionais responsáveis pela proteção, assistência e cuidado das populações afetadas.

5.1. As interfaces da Psicologia na gestão integral de riscos, emergências e desastres

Nesse contexto, segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2016), a atuação da(o) psicóloga(o) em contextos de emergências e desastres deve estar integrada ao Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, assegurando que os componentes de atenção psicossocial e saúde mental sejam devidamente contemplados. Cabe à(o) profissional participar da construção ou atualização desses planos, em articulação com o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e outras políticas públicas vigentes, bem como atuar na gestão de riscos e desastres em todas as suas fases.

Essa atuação inclui a participação em simulados promovidos pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e a integração ao Sistema de Comando de Operações durante a resposta a situações de desastre. O Plano de Contingência, nesse sentido, orienta tanto as ações de atendimento médico-hospitalar e psicológico quanto o cadastramento e a organização de equipes técnicas e voluntárias.

Avançando nesse debate, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2024b) atualizou as orientações para a atuação profissional em contextos de desastres, destacando que as práticas psicossociais devem ser fundamentadas nos princípios da Gestão Integral de Riscos e de Desastres. O documento enfatiza a necessidade de considerar os diferentes níveis de impacto dos desastres sobre a saúde mental da população, bem como de adotar abordagens interseccionais, interdisciplinares e intersetoriais ao longo das fases de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução.

Nessa perspectiva, o papel da(o) psicóloga(o) no campo dos desastres envolve tanto a atuação direta junto às comunidades quanto o desenvolvimento de estratégias de cuidado voltadas às pessoas afetadas. Essa atuação é estruturada nas fases de pré-desastre, durante o desastre e pós-desastre (Silva et al., 2023). Ao longo dessas etapas, a(o) profissional avalia os indivíduos considerando suas singularidades, contextos socioculturais e condições de vulnerabilidade, a fim de aplicar intervenções adequadas para a minimização do sofrimento psicológico (Paulino & Franco, 2018).

Na fase de preparação para desastres, a Psicologia deve atuar de forma articulada às políticas públicas, especialmente ao SUS, ao SUAS e ao SINPDEC, em consonância com as diretrizes da Proteção e Defesa Civil e da Assistência Social.

Destacam-se como estratégias centrais o conhecimento dos mapas de áreas de risco, a mobilização comunitária, o fortalecimento das redes de apoio, a formação de lideranças em primeiros cuidados psicológicos e a participação na elaboração dos Planos de Contingência municipais. Esses planos devem contemplar ações de atenção psicossocial direcionadas tanto à população quanto aos profissionais envolvidos, considerando as demandas locais e os impactos específicos dos desastres (CFP, 2024b).

Conforme orienta o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2021), embora a escuta qualificada e o acolhimento das pessoas afetadas sejam componentes centrais da atuação psicológica, a Psicologia em contextos de desastres não se restringe à prática clínica. A(o) psicóloga(o) também contribui para a ampliação da compreensão dos riscos sociais e ambientais presentes no território e para o desenvolvimento de estratégias coletivas que possibilitem ao poder público e à população mitigar esses riscos.

Durante a fase de resposta aos desastres, a atuação psicológica deve estar alinhada às Diretrizes de Saúde Mental e Atenção Psicossocial em Emergências Humanitárias do Comitê Permanente Interagências (IASC, 2007), conforme reafirmado pelo CFP (2024b). As intervenções organizam-se em quatro eixos principais: (a) promoção da saúde mental e integral da população afetada, em articulação com as políticas públicas e os planos de contingência; (b) garantia dos serviços básicos e da segurança; (c) apoio às comunidades e às famílias afetadas; e (d) oferta de atenção especializada em saúde mental, conforme as necessidades identificadas.

Nesse momento, a atenção psicossocial concentra-se na redução dos impactos psicossociais e na realização de intervenções em atenção psicossocial, incluindo o atendimento psicoterapêutico nos casos de sofrimento psíquico clinicamente significativo. Essas ações devem estar articuladas às políticas públicas locais e ao Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, respeitando a autonomia das pessoas atendidas e evitando processos de vitimização ou patologização. A oferta de cuidados deve ocorrer conforme as demandas dos gestores públicos e em consonância com as diretrizes internacionais do IASC (CFP, 2024b).

Além disso, compreender o nível de impacto do desastre e o funcionamento das políticas públicas é essencial para garantir que a população afetada receba

assistência adequada e tenha seus direitos humanos assegurados. A gestão do desastre é coordenada por um Centro de Operações de Emergência (COE), sendo fundamental que psicólogas(os) e organizações envolvidas se articulem com os gestores locais, respeitando os planos, fluxos e protocolos estabelecidos. As ações devem seguir a pirâmide de intervenções em Saúde Mental e Atenção Psicossocial do IASC, com atenção especial às populações em situação de maior vulnerabilidade (CFP, 2024b).

Nos abrigos e abrigamentos temporários, as intervenções devem priorizar o apoio às atividades da vida diária, a adaptação dos ambientes e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Considera-se que a perda da moradia representa, muitas vezes, a perda de referências simbólicas e identitárias, de modo que a personalização dos espaços de acolhimento contribui para a reconstrução do sentido de lugar e para a promoção do bem-estar psicossocial.

A atuação psicossocial em contextos de emergências e desastres compreende tanto ações comunitárias quanto intervenções especializadas em saúde mental, devendo ser articulada entre políticas públicas e atores não governamentais. No âmbito comunitário, busca-se fortalecer o amparo mútuo, o senso de coletividade e os processos de reparação, por meio de suporte ao enfrentamento do luto, realização de cerimônias coletivas, programas de apoio às famílias, atividades educativas para crianças e adolescentes e a ativação de redes sociais de apoio. Paralelamente, a atenção especializada destina-se às pessoas em sofrimento psíquico intenso, com agravamento de sintomas, uso abusivo de substâncias ou prejuízos significativos nas atividades cotidianas, sendo de responsabilidade da gestão local a organização dos serviços, a garantia de acesso e a articulação com a Rede de Atenção Psicossocial. Essas ações devem ocorrer preferencialmente no território, de forma presencial, com definição de fluxos de encaminhamento e monitoramento dos atendimentos (CFP, 2024b).

Na fase de reconstrução pós-desastres, a Psicologia deve dar continuidade às práticas articuladas às políticas públicas, promovendo o acesso aos serviços de saúde mental e assistência social e apoiando a garantia dos direitos humanos da população afetada.

Diante das crescentes demandas relacionadas a emergências e desastres no Brasil, o Conselho Federal de Psicologia, em articulação com os Conselhos Regionais, tem investido na produção de referências técnicas e diretrizes para a atuação

profissional nesse campo (CREPOP, 2021). Compreender essa trajetória permite identificar os avanços alcançados e os desafios ainda presentes, especialmente quando se considera a interface entre os desastres socioambientais e a Psicologia Ambiental.

Tabela 04 – Publicações e Multimídias do CFP.

Ano	Tipo	Título	Resumo
2005	Evento	I Congresso Latino-americano da Psicologia (ULAPSI)	O CFP iniciou seu envolvimento com o tema ao realizar a mesa-redonda "Subjetividade, Ecologia e Desastres: a contribuição da Psicologia na América Latina".
2006	Evento	I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres	Promovido em parceria com a Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec).
2010	Evento	1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária – Por uma ação integral e contínua	Fortaleceu atuação e a parceria com a Sedec durante o evento.
2011	Evento	II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres	Abordou a história da atuação do CFP no tema e a interface entre a psicologia e a defesa civil.
2013	Publicação	Nota técnica sobre atuação de psicóloga(o)s em situações de emergências e desastres, relacionadas com a política de defesa civil (08/05/2013).	Serviu para orientar profissionais e voluntários de psicologia em suas atividades.
2015	Formação	OrientaPsi: Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres.	Curso dividido em três módulos: "Política de Proteção e Defesa Civil", "Mapa dos Desastres no Brasil" e "Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres".
2016	Publicação	Nota técnica sobre atuação de psicóloga(o)s em situações de emergências e desastres, relacionadas com a política de defesa civil	Atualização do documento lançado em 2013.

2020	Formação	Diálogo Digital: Psicologia, Assistência Social e situações de calamidades e de emergências	O objetivo é reunir e discutir contribuições da Psicologia junto a profissionais, gestoras(es) e movimentos sociais de populações atingidas por desastres para qualificar e efetivar o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências
2021	Publicação	Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres	Propõe uma reflexão crítica e histórica sobre a inserção da Psicologia no campo das emergências e dos desastres, ampliando as possibilidades da atuação das (os) psicólogas (os) no gerenciamento de riscos e vulnerabilidades.
2022	Publicação	Catálogo de práticas em Psicologia Ambiental.	Trata sobre o tema da atuação de uma Psicologia voltada para as problemáticas da relação pessoa-ambiente na atualidade é incorporado ao Conselho Federal de Psicologia (CFP).
2024	Publicação	Nota Técnica com atualizações sobre atuação da Psicologia em emergências e desastres	Atualização das orientações para a atuação de psicólogas e psicólogos nas fases de preparação, resposta e reconstrução em desastres.
2025	Publicação	Cartilha: Apoio psicossocial comunitário — Diretrizes para atuação em saúde mental comunitária no contexto do desastre socioambiental causado pela mineração em Maceió/AL.	A UNOPS estabeleceu uma parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) para orientação técnica e disseminação, no contexto do pós-desastre de Maceió, do apoio psicossocial comunitário.

A partir destas ações torna-se fundamental incorporar as contribuições da Psicologia Ambiental à análise e à intervenção em emergências e desastres. Conforme apontado pelo CFP (2022), observa-se, na América Latina, a emergência de uma

Psicologia Socioambiental alinhada a uma Psicologia Social crítica, que compreende que o enfrentamento das crises ambientais e de suas consequências psicossociais não pode ocorrer dissociado de uma profunda crítica social e do compromisso com a emancipação humana.

No campo profissional, psicólogas e psicólogos têm desenvolvido diversas práticas relacionadas à temática ambiental, ainda que nem sempre se reconheçam formalmente como psicólogas(os) ambientais. A Psicologia Ambiental orienta-se para o estudo dos processos envolvidos na relação das pessoas com seus ambientes e para a intervenção nessa relação, visando ao bem-estar e à qualidade de vida das populações. Assim, torna-se imprescindível considerar como a relação pessoa–ambiente é concebida e quais elementos a constituem, especialmente à luz das demandas ético-políticas contemporâneas da profissão (CFP, 2022).

Por fim, embora o campo das emergências e desastres tenha avançado no Brasil a partir dessas contribuições, ainda enfrenta desafios importantes. Em outros países latino-americanos, como Chile, México, Venezuela, Argentina e Peru, essa prática encontra-se mais consolidada, contando com associações específicas voltadas ao desenvolvimento e à disseminação de estratégias de apoio psicossocial às populações afetadas, o que aponta para a necessidade de fortalecimento institucional e formativo também no contexto brasileiro.

6. CONSIDERAÇÕES PARA NOVAS EXPERIÊNCIAS

A apresentação desta dissertação teve início com o compartilhamento das experiências e das escritas de um começo profissional — e de diversos recomeços — vivenciados por mim, enquanto pesquisadora-participante. Ao final dessa jornada de construção, apresentei algumas considerações derivadas da experiência com as rodas de conversa realizadas com profissionais da Psicologia que atuam, ou atuaram, em contextos de emergências e desastres, ao longo de um período de pouco mais de seis meses.

O objetivo geral do trabalho que consistiu em mapear as principais práticas de intervenção psicossocial em situações de emergências e desastres. Como objetivos específicos, busquei delinear, na literatura, os conceitos de emergência e desastre; descrever os principais eventos críticos ocorridos na Região Metropolitana do Recife nos últimos dez anos; cartografar a atuação da psicóloga e do psicólogo nesses contextos; e compreender a contribuição da Psicologia para a melhoria das condições de vida das populações atingidas por meio da atenção psicossocial.

Do ponto de vista teórico e metodológico, a adoção da Cartografia, conforme proposta por Deleuze e Guattari e aprofundada por Passos, Kastrup e Escóssia (2020), mostrou-se potente para acompanhar processos de produção de sentidos, afetos e práticas nos territórios atingidos. Essa abordagem contribui para o campo ao oferecer uma perspectiva crítica e situada, que valoriza o conhecimento produzido na experiência e nas relações, em vez de se restringir à aplicação de protocolos previamente estabelecidos.

Esta pesquisa-intervenção buscou compreender as experiências e as estratégias de atuação de profissionais da Psicologia inseridos em situações de emergências e desastres, especialmente no âmbito dos serviços públicos. A partir da escuta qualificada proporcionada pelas rodas de conversa, foi possível evidenciar dimensões centrais da prática profissional nesse campo, com destaque para os eixos da formação, da técnica e do cuidado, todos atravessados por desafios, tensionamentos e aprendizados.

A realização das rodas de conversa também produziu efeitos sociais imediatos, ao criar espaços de escuta, acolhimento e reflexão entre as participantes. Espero que essa metodologia possa ser incorporada como estratégia permanente nos equipamentos

públicos, contribuindo para a valorização e o cuidado com as(os) trabalhadoras(es) da linha de frente. A dimensão do “cuidar de quem cuida” deve ser compreendida como uma responsabilidade compartilhada entre gestores, instituições formadoras e profissionais.

Os resultados alcançados indicam que a atuação da(o) psicóloga(o) nesses contextos é atravessada por múltiplos desafios, que vão desde lacunas na formação e no preparo técnico até a ausência de suporte institucional contínuo e de políticas integradas de cuidado. Ainda assim, a pesquisa revela que a Psicologia tem contribuído de forma significativa para a reconstrução subjetiva e comunitária das populações atingidas, ao oferecer espaços de escuta, fortalecimento de vínculos e práticas de cuidados.

Para nós, profissionais, torna-se indispensável compreender os desastres como fenômenos socialmente construídos, cujos impactos se manifestam de forma desigual, atravessados por desigualdades históricas e por distintas capacidades de acesso às políticas públicas. Nesse sentido, os desastres não podem ser analisados apenas sob uma perspectiva natural ou técnica, exigindo abordagens que considerem, de forma central, seus determinantes sociais.

Diante disso, este trabalho reafirma a urgência de incorporar, de forma estruturada e crítica, o tema das emergências e dos desastres nos currículos de formação em Psicologia, bem como nas práticas de supervisão técnica e nos processos contínuos de educação profissional. A lacuna formativa evidenciada nas narrativas das participantes revela um descompasso entre a realidade vivenciada nos territórios e aquilo que é ofertado pelas instituições formadoras, o que compromete a qualidade da atenção psicossocial prestada às populações atingidas e expõe as profissionais a situações de vulnerabilidade emocional e técnica.

Seria pertinente ampliar o debate acerca da formação de profissionais voltados à gestão de emergências e desastres, incorporando a responsabilidade das instituições, públicas e privadas, que atuam diretamente nesses contextos. Nesse sentido, a abertura dessas organizações à oferta de estágios supervisionados e à realização de visitas técnicas configura-se como uma estratégia formativa relevante, na medida em que possibilita a articulação entre conhecimentos teóricos e práticas institucionais. Tal aproximação tende a favorecer o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e operacionais, além de proporcionar aos estudantes uma compreensão mais

aprofundada das dinâmicas, dos desafios e das exigências inerentes a esse campo de atuação. Ademais, ao promover esse intercâmbio, as instituições contribuem para a qualificação de futuros profissionais, ao mesmo tempo em que fortalecem o próprio sistema de resposta a emergências e desastres.

Em termos práticos e formativos, este trabalho aponta para a necessidade de fortalecer a formação inicial e continuada de profissionais da Psicologia, incluindo conteúdos e experiências que abordem a gestão de riscos, a atenção psicossocial e o trabalho em contextos de desastres. Defendo, igualmente, o investimento em políticas públicas integradas que assegurem o cuidado não apenas às populações atingidas, mas também às equipes envolvidas nas ações de resposta e reconstrução no pós-desastre.

Paralelamente, destaco o papel estratégico das instituições representativas da profissão — como o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia — no fortalecimento de diretrizes e orientações que favoreçam a construção de práticas éticas, territorializadas e sensíveis à complexidade do sofrimento humano em contextos críticos. A atuação em desastres exige não apenas domínio técnico, mas também um posicionamento ético-político que reconheça os marcadores sociais de desigualdade que atravessam as emergências, especialmente em regiões historicamente negligenciadas pelas políticas públicas, como evidenciado no caso do Recife e de sua região metropolitana.

Outra contribuição significativa refere-se à construção da identidade profissional no campo das emergências e desastres. As narrativas revelam que ser psicólogo(a) nesse contexto implica lidar com afetos intensos, com a imprevisibilidade dos cenários e com a necessidade constante de adaptação técnica. Nesse sentido, o cuidado emerge como eixo estruturante da prática: cuidar do outro e de si constitui condição indispensável para a sustentação de uma atuação ética e efetiva. O autocuidado, longe de ser um aspecto secundário, manifesta-se como estratégia de resistência, preservação e continuidade do trabalho em meio ao sofrimento coletivo.

Reconheço que a presente pesquisa não aprofundou, de maneira suficiente, a discussão sobre a estratégia de cuidado longitudinal no contexto de emergências e desastres, aspecto que se revela promissor para estudos futuros. Nesse sentido, torna-se relevante problematizar se tal estratégia é, de fato, implementada na prática, bem como compreender de que forma se estrutura, quais atores estão envolvidos e por quanto tempo se estende o acompanhamento dos sujeitos afetados. A análise desses

elementos pode contribuir significativamente para o aprimoramento dos protocolos de atuação, considerando que o cuidado longitudinal constitui um componente fundamental para a promoção da recuperação integral das populações atingidas, indo além das respostas imediatas e contemplando dimensões continuadas de atenção e cuidado.

Por fim, minha trajetória como pesquisadora-participante, atravessada por mais de 15 anos de atuação no campo das emergências e desastres, reafirma a singularidade de cada experiência e a necessidade de construção coletiva de conhecimentos e práticas. A inquietação que motivou esta pesquisa-intervenção permanece como motor para a continuidade da reflexão e da ação. Que esta pesquisa possa fortalecer o compromisso da Psicologia com a justiça social, a dignidade humana e a promoção de cuidados integrais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais solidária, resiliente e atenta às vulnerabilidades que a atravessam.

7. REFERÊNCIAS

Agência Brasil. (2016, maio). Município de Pernambuco decreta estado de emergência por causa da chuva. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/municipio-de-pernambuco-decreta-estado-de-emergencia-por-cao-da-chuva> (Acessado em 13 de abril de 2024).

Aguiar, R. W. (1998). Intervenções em crises. In A. V. Cordioli (Org.), *Psicoterapias: abordagens atuais* (2ª ed., pp. 153–158). Artes Médicas.

Alvarez, J., & Passos, E. (2009). Cartografia é habitar um território existencial. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (Orgs.) (2020) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 131-149). Porto Alegre: Sulina

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). (2015). Relatório ACNUR 2015.

Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wpcontent/uploads/2015/06/Relatorio-ACNUR-2015.pdf> (Acessado em 20 de agosto de 2024).

Anjos, L. S. dos, et al. (2024). Resgate histórico dos eventos extremos de precipitação e seus impactos no município do Recife-PE. *Revista Brasileira de Climatologia*, 34(20), 335–359. <https://doi.org/10.55761/abclima.v34i20.16937> (Acessado em 20 de abril de 2025).

Brasil. Ministério da Saúde. (1990). *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Brasil. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. (2007). *Política Nacional de Defesa Civil*. Brasília: Ministério da Integração Nacional.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2023). *Emergências no Sistema Único de Assistência Social - SUAS: O que fazer?* Brasília. Disponível em: <https://fnas.mds.gov.br/revista-emergencias-no-suas-o-que-fazer/>. (Acesso em 30 de maio de 2025).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. (2024 a). Portaria SAES/MS Nº 2.326, de 6 de dezembro de 2024. Inclui Subgrupo de Telessaúde e Formas de Organização no Grupo 08-Ações Complementares e inclui novos procedimentos de Telessaúde na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/ministerio-da-saude-padroniza-as-diversas-modalidades-de-teleatendimento> (Acesso em 30 de maio de 2025).

Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. (2024 b). *Mudanças climáticas para profissionais de saúde: Guia de bolso*. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2024/guia-mudancas-climaticas-para-profissionais-da-saude.pdf/view>. (Acesso em 20 de março de 2025).

Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED. (2010). *Gestão de riscos e de desastres: contribuições da psicologia* [Curso a distância]. Ministério da Integração Nacional; Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec/GestodeRiscosedeDesastresContribuiesdaPsicologia.pdf> (Acesso em 05 de março de 2025).

Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). (2021). *Referências técnicas para atuação de psicólogas/os na gestão integral de riscos, emergências e desastres*. Conselho Federal de Psicologia.

Coêlho, A. (2006). Psicologia das emergências e dos desastres: uma área em construção. In *Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres. Anais*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2016). Nota técnica sobre atuação da Psicologia na gestão integral de riscos e desastres relacionadas com a política de proteção e defesa civil. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-T%C3%A9cnica-Psicologia-Gestao-de-Riscos-Versao-para-pdf-13-12.pdf>. (Acesso em 05 de março de 2025).

Conselho Federal de Psicologia; Associação Brasileira de Ensino de Psicologia; Federação Nacional dos Psicólogos. (2018). *Ano da formação em psicologia: Revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia* (143 p.). Conselho Federal de Psicologia / Associação Brasileira de Ensino de Psicologia / Federação Nacional dos Psicólogos. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/07/RELAT%C3%93RIO-FINAL-REVIS%C3%83O-DAS-DIRETRIZES-CURRICULARES-NACIONAIS-PARA-OS-CURSOS-DE-GRADUA%C3%87%C3%83O-EM-PSICOLOGIA.pdf>. (Acesso em 05 de março de 2025).

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2022). *Catálogo de práticas em Psicologia Ambiental*. Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/catalogo-de-praticas-em-psicologia-ambiental/> (Acesso em 05 de março de 2025).

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2024a). Resolução CFP nº 09, de 18 de julho de 2024: Regulamenta o exercício profissional da Psicologia mediado por Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) em território nacional e revoga as Resoluções CFP nº 11, de 11 de maio de 2018, e CFP nº 04, de 26 de

março de 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/legislacao/resolucoes-do-cfp/>. (Acesso em 20 de maio de 2025).

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2024b). *Nota Técnica nº 22/2024: Atuação da Psicologia nas fases de preparação, resposta e reconstrução em desastres*. Brasília: CFP. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2024/09/SEI_1812191_Nota_Tecnica_22.pdf. (Acesso em 20 maio 2025).

Conselho Federal de Psicologia[CFP]; Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). (2025). *Cartilha: Apoio psicossocial comunitário — Diretrizes para atuação em saúde mental comunitária no contexto do desastre socioambiental causado pela mineração em Maceió/AL*. Conselho Federal de Psicologia / UNOPS.

De Luiz, G. M., & Sousa, T. A. B. (2022). Epistemologia e formação do psicólogo: discussões contemporâneas. *Fractal: Revista de Psicologia*, 34, e5859. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/2022/v34/5859>. (Acesso em 20 de maio de 2025).

Defesa Civil de Pernambuco. (2019). *Manual técnico de Defesa Civil: para gestão de riscos e desastres relacionados a intensas precipitações pluviométricas* (DOE nº 130, 11 de julho de 2019). Governo do Estado de Pernambuco.

Diário de Pernambuco. (2016, junho). *Uma cidade construída sobre aterros: o Recife continuará a conviver com os transtornos causados pela chuva nas próximas décadas e uma das razões foi o descuido com o meio ambiente*. Diário de Pernambuco. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2016/06/uma-cidade-construida-sobre-aterros.html> (Acesso em 25 de agosto de 2024).

Ebrahim, R., Santos, M. C., Carneiro, G., & França, I. (2023, julho). “Tudo de novo”: O desespero das famílias com as chuvas da região metropolitana do Recife. *Marco Zero*. <https://marcozero.org/tudo-de-novo-o-desespero-das-familias-com-as-chuvas-da-regiao-metropolitana-do-recife/> (Acesso em 25 de agosto de 2024)

Evaristo, C. (2020, 25 de julho). A escrevivência e seus subtextos [Encontro virtual com A. Dannemann, C. L. Duarte, E. A. Duarte, F. Felisberto, G. Lopes, & I. R.

Ferreira Neto, J. L. (2011). *Psicologia, políticas públicas e o SUS* (2ª ed.). São Paulo: Escuta.

Francisco, A. L. (2012). *Psicologia clínica: prática em construção e desafios para a formação* (1ª ed.). Curitiba, PR: CRV.

Franco, M. H. (Org.) (2015). *A intervenção psicológica em emergência: fundamentos para prática*. São Paulo: Summus.

Freitas, C. L. S., & Paiva, F. S. (2025). Desastres socioambientais e sofrimento psicossocial no contexto latino-americano: uma revisão integrativa. *Psicologia &*

Sociedade, 37, e298777. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102025v37298777> (Acessado em 15 de novembro de 2024).

Folha de Pernambuco. (2022, 2 de junho). Maior tragédia do século em Pernambuco, mortes pelas chuvas de 2022 superam total da cheia de 1975. *Folha de Pernambuco*. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/menor-tragedia-do-seculo-em-pernambuco-mortes-pelas-chuvas-de-2022/228963/>. (Acessado em 15 de abril de 2024).

G1 PE. (2014, junho). Em 12 horas, Recife registra chuva esperada para 11 dias. <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/em-12-horas-recife-registra-chuva-esperada-para-11-dias.html> (Acesso em 20 de agosto de 2024).

G1 PE. (2015, junho). Em 24 horas, Recife tem maior chuva do ano; pai e filho morrem soterrados. <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/06/em-24-horas-recife-registra-maior-chuva-do-ano-com-228-mm.html> (Acesso em 20 de agosto de 2024).

G1 PE. (2016, maio). Chuva forte deixa quatro mortos em Recife e Olinda. <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/05/chuva-de-200-milímetros-deixa-quatro-mortos-no-recife-e-em-olinda.html> (Acesso em 20 de agosto de 2024).

G1 PE. (2018, junho). Recife tem abril mais chuvoso desde o ano de 2011, diz APAC. <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/recife-tem-o-segundo-abril-mais-chuvoso-em-18-anos-diz-apac.ghtml> (Acesso em 20 de agosto de 2024).

G1 PE. (2019, julho). Veja quem são as pessoas que morreram durante as chuvas no Grande Recife. <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/07/24/veja-quem-sao-as-pessoas-que-morreram-durante-as-chuvas-no-grande-recife.ghtml> (Acesso em 15 de agosto de 2024).

G1 PE. (2021, junho). Com chuvas fortes, grande Recife tem alagamentos, queda de árvores e transtornos. <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/05/13/com-registrodechuvas-fortes-grande-recife-tem-alagamentos-queda-de-arvores-e-transtornos.ghtml> (Acesso em 15 de agosto de 2024)

Guattari, F., & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.

IASC - Inter-Agency Standing Committee. (2007). *Diretrizes do IASC sobre saúde mental e apoio psicossocial em emergências humanitárias*. Disponível em: <https://apoie.sedu.es.gov.br/Media/Apoie/SAUDEMENTAL/Diretrizes%20do%20IASC%20sobre%20Sa%C3%BAde%20Mental%20e%20Apoio%20Psicossocial%20em%20Emerg%C3%AAs%20Humanit%C3%A1rias.pdf>. (Acessado em 25 de agosto de 2024).

Lopes, A. R. S. (2021). Memórias coletivas, traumas individuais: as memórias dos desastres socioambientais no Sul de Santa Catarina (1974-2004). *História: Questões & Debates*, 69(1), 302–320. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/his.v69i1.74862> 25 de agosto de 2024. (Acessado em 05 de janeiro de 2026).

Mairesse, D. (2003). Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In T. M. G. Fonseca & P. G. Kirst (Orgs.), *Cartografias e Devirs: a construção do presente* (pp. 259–271). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Manfrini, G. C., Rodrigues, J., Meirelles, B. H. S., Barroso, T. M. M. D. A., Paim, S. M. S., Ribeiro, E. A. W., & Rosa, M. P. C. (2023a). Atuação de equipes de saúde na gestão de riscos de desastres. *Texto & Contexto – Enfermagem*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2022-0322> (Acessado em 21 de dezembro de 2025).

Manfrini, G. C., Heidemann, I. T. S. B., Costa, F. S., Silva, H. L., & Lopes, S. M. B. (2023b). Impactos psicossociais sobre trabalhadores da saúde: narrativas 10 anos após o desastre. *Saúde e Sociedade*, 32(2), e210739. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023210739pt> (Acessado em 21 de dezembro de 2025).

Molina, R. (2006). Psicologia das emergências e dos desastres: uma área em construção. História e desenvolvimento a partir da perspectiva chilena. In *Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres* (1º, Brasília). Anais (pp. 51–58). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Moura, A. F., & Lima, M. G. (2014). A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. *Revista Temas em Educação*. João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan-jun. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338/11399> (Acessado em 25 de novembro de 2025).

Noal, D. S., Braga, V. M. R., Leal, M. B., Vargas, A. R., & Eliazar, P. (2020). Desastre da Vale: o desafio do cuidado em saúde mental e atenção psicossocial no SUS. *Saúde em Debate*, 44(esp. 2), 353–363. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E225> (Acessado em 05 de janeiro de 2026).

Noal, D. S., Lacerda, L. F. B., Medeiros, C. P., Santos, R. A., Cardoso, Y. C., Coelho, L. G., & Schmidt, B. (2024). Psicologias indígenas em desastres: construção de linhas de cuidado ao Bem-Viver de povos originários. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 41, e230096. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202441e230096>. (Acessado em 05 de janeiro de 2026).

Nóbrega, F. (2022, maio). Maior tragédia do século em Pernambuco, mortes pelas chuvas de 2022 superam total da cheia de 1975. *Folha de Pernambuco*. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/maior-tragedia-do-seculo-em-pernambuco-mortes-pelas-chuvas-de-2022/228963/> (Acessado em 20 de agosto de 2024).

Ocampo, H. T. (2006). Sistemas de atenção às vítimas de situações de emergências e desastres: contribuições possíveis da Psicologia. In *Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres* (1º, Brasília). Anais (pp. 15–22). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Organización Panamericana de la Salud (OPAS). (2006). Guía práctica de salud mental en situaciones de desastres. Washington, D.C. Disponível em: http://www.who.int/mental_health/paho_guia_practicade_salud_mental.pdf (Acessado em 05 de janeiro de 2026).

Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). (2021). *Mudança do clima 2021: A base científica: Sumário para formuladores de políticas* (Tradução do Governo do Brasil).

Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Orgs.) (2020). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.

Passos, E., Kastrup, V., & Tedesco, S. (Orgs.). (2016). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum* (Vol. 2). Sulina.

Passos, E., & Barros, R. B. (2009a). Por uma política da narratividade. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (Orgs.)(2020), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 150-171). Porto Alegre: Sulina.

Passos, E., & Barros, R. B. (2009b). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (Orgs.)(2020), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (2ª ed., pp. 17–31). Porto Alegre: Sulina.

Peters, M. (2000). *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença* (T. T. da Silva, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.

Rafaloski, A. R., Zeferino, M. T., Forgearini, B. A. O., Fernandes, G. C. M., & Menegon, F. A. (2020). Saúde mental das pessoas em situação de desastre natural sob a ótica dos trabalhadores envolvidos. *Saúde em Debate*, 44(esp. 2), 230–241.

Santos, M. A. L. (2022). *As repercussões psicossociais após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG): contribuições para as práticas de saúde mental e atenção psicossocial em situações de desastres* [Tese de Doutorado, Instituto René Rachou]. Repositório Institucional da Fiocruz.

Santos, M. A. de L., Sol, N. A. A., & Modena, C. M. (2020). Território e desterritorialização: O sofrimento social por desastre ambiental decorrente do rompimento de barragens de mineração. *Saúde em Debate*, 44(Esp. 2), 262–271. Disponível em : <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E219> (Acessado em 05 de janeiro de 2026).

Santos, M., & Ribeiro, W. C. (2002). *O país distorcido: O Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha.

Silva, B. G. A., Silva, I. R., & Barufi, L. F. (2023). O papel do psicólogo frente a situações de desastres. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 12, e4755. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpd.2023.e4755>

Silva, J. C. B., & Menezes, J. A. (2020). Discursos (sobre)viver nos territórios em risco da Região Metropolitana do Recife. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e190105.

Souza, R. L., & Francisco, A. L. (2017). Aproximações entre fenomenologia e o método da cartografia em pesquisa qualitativa. In *Atas CIAIQ2017 Investigação Qualitativa em Saúde/Investigación Cualitativa en Salud* (Vol. 2).

Stamato, M. I. C., & Santos, A. C. S. (2024). Formação em Psicologia para as políticas públicas: ensino, pesquisa e extensão. In M. C. D. Simões, G. T. Purin, V. S. Vidal, & M. S. X. Antunes (Orgs.), *Psicologia social: práxis, compromisso ético-político e conjunturas para transformações sociais no contexto dos 40 anos da ABRAPSO* (p. 78). Gradus Editora.

Valencio, N., et al. (Orgs.) (2009). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RIMA Editora.

Valencio, N. (Org.). (2010). *Sociologia dos desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. (Vol. 2). São Carlos: RIMA Editora.

Villela, S. (2017). Com 44 mil pessoas afetadas, municípios de PE contabilizam prejuízos após chuvas. *Agência Brasil*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/com-44-mil-pessoas-afetadas-municipios-de-pe-contabilizam-prejuizos-apos#>. (Acessado em 20 de agosto de 2024).

UNDRR. (2023). *Deslocamento por desastre: Reduzindo riscos, abordando impactos e construindo resiliências*. Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres. Suíça.

Yasui, S., Luzio, C. A., & Amarante, P. (2018). Atenção psicossocial e atenção básica: A vida como ela é no território. *Revista Polis e Psique*, 8(1), 173–190. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/80426> (Acessado em 05 de janeiro de 2026).